

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 105ª
(CENTÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
Nº 1.281/16, QUE INSTITUI POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS
RURAIS PERTENCENTES AO DISTRITO FEDERAL OU À TERRACAP,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.102, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 24 de novembro de 2016, ficará transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências”.

A Presidência vai suspender a presente sessão, convidando as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem da comissão geral no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h31min, a sessão é reaberta às 15h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	2

para debater o PL nº 1.281, de 2016, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências”.

Convido para tomar assento à Mesa a Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa de Leis, Deputada Telma Rufino; o Sr. Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, José Guilherme Leal; o Sr. Diretor de Habitação da Terracap, respondendo também pela Diretoria Rural, Gustavo Dias Henrique; o Sr. Superintendente de Licenciamento Ambiental do Ibram – Instituto Brasília Ambiental, Antônio Queiroz Barreto; o Sr. Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra no Distrito Federal, José Raimundo Cepeda da Silva; o Sr. Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária, José Parente; o Sr. representante do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária, Francisco Miguel Lucena; e a Sra. representante do Movimento de Moradia, Aline Marques. Convidamos a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, mas, infelizmente, ainda não chegou nenhum representante até o momento. Vamos aguardar.

Quero agradecer a presença de todos e de todas. Esse é um momento extremamente importante, momento em que o Governo do Distrito Federal apresenta um importante projeto de regularização das terras rurais do Distrito Federal, um problema que temos de encarar mesmo e tentar resolver.

Esse debate começou numa reunião da Comissão de Assuntos Fundiários e resolvemos, então, trazê-lo ao plenário desta Casa, fazendo essa comissão geral, para ouvirmos todos os setores e segmentos, que, de uma certa forma, necessitam dessa regularização, fazendo com que ninguém fique de fora, seja excluído ou prejudicado.

É papel desta Casa provocar, acompanhar e fazer esse debate. Então, espero que essa comissão geral seja extremamente produtiva, que possamos evidentemente ajudar na formação desse projeto de lei. Como falei, consideramos esse momento extremamente importante para a nossa cidade. Fico feliz de ver a presença de praticamente todos os setores, seja o setor ruralista, sejam os pequenos produtores, seja o pessoal dos assentamentos, seja o pessoal que luta pela reforma agrária no Distrito Federal. É um momento importante. Espero que possamos fazer aqui uma excelente audiência, um excelente debate, que nos faça avançar bastante.

Quero passar a palavra agora à Deputada Telma Rufino, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, que, juntamente conosco, atendendo a esse pleito, principalmente dos movimentos sociais e do movimento rural, nos ajudou a fazer esta comissão geral.

Com a palavra a Deputada Telma Rufino, Presidente da CAF – Comissão de Assuntos Fundiários.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	3

DEPUTADA TELMA RUFINO – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Ricardo Vale, eu cumprimento todos da Mesa e principalmente vocês. Quero dizer a vocês que esta comissão é muito importante para nós e para vocês.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, posso garantir que estamos trabalhando com empenho para regularizar todas as áreas, mas principalmente as áreas rurais de todo o Distrito Federal, que eu sei que vivem aquela insegurança: em um dia está, daqui a um mês já não está mais. Não é, Deputado Chico Leite? Não é fácil. Assim como vocês, nós trabalhamos muito aqui. Eu também moro em uma área irregular e sei que é complicado, mesmo morando onde moro.

Quero dizer que, desde o ano passado, a CAF tem buscado um diálogo com a Terracap para regularizar a situação das áreas rurais. Começou lá com a Dra. Fabiane. Ela deve estar por aí. Onde está ela? A Dra. Fabiane trabalhou muito nisso aí – nós fizemos várias reuniões –, e agora está com o nosso diretor aqui, o Gustavinho. Eu não tenho muito o que reclamar da Terracap. Estou sendo bem sincera. Por quê? Porque toda vez que nós precisamos da ajuda deles para resolver essa situação, nós trabalhamos juntos para isso.

Estejam certos de que vamos trabalhar para conseguir o melhor para o projeto e contemplar todos os produtores das áreas rurais, principalmente os que têm como base a agricultura familiar – há muitos aí –, e os assentamentos passíveis de regularização. Eu tenho certeza de que ninguém aqui quer passar mais dez, vinte ou trinta anos esperando por uma solução para o problema dos imóveis rurais.

Chegou a esta Casa o projeto de lei para ver o que se pode fazer. Nós estamos esperando por esta reunião com vocês aqui, porque houve dezessete reuniões, se não me engano, com o Secretário de Agricultura para chegar a um consenso. Temos que chegar a um consenso antes de terminar o ano para podermos garantir e aprovar esse projeto aqui na Câmara Legislativa.

Eu falo não só em meu nome, mas também em nome de todos os Deputados que compõem a CAF e de todos os Deputados da Casa, porque esta Casa é a Casa do Povo, é a Casa de vocês. Nós estamos aqui e somos eleitos pelo povo para trabalhar pelo povo. No que depender da Deputada Telma Rufino, do Deputado Ricardo Vale, do Deputado Wellington Luiz, do Deputado Lira, do Deputado Prof. Reginaldo Veras e dos outros Deputados da Casa, com certeza, vamos dar o melhor de nós para tratar da regularização do Distrito Federal, porque é horrível acordar com a Agefis e com os outros órgãos na porta da casa para derrubar.

Eu estou falando isso para vocês porque há uns quinze dias, num domingo, uma senhora me ligou. Ela é daquela Colônia Agrícola Kanegae, ali do Núcleo Bandeirante. As terras de lá não são da Terracap. Nós fomos lá ver. Simplesmente, a fiscalização foi lá a pedido da Embrapa – a Embrapa tem tantas terras por aí, não é, gente? –, porque queria as terras para fazer estudos. São pessoas que lá estão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	4

plantando, não invadiram nada, não dividiram nada. Ainda assim, derrubaram uma casa de mais de quinze anos. Eu levei o fato ao conhecimento do Governador. Simplesmente notificaram para que aquelas pessoas fossem retiradas. Eu fui à Embrapa, conversei com o advogado de lá. Ele é concursado, ele é técnico e insensível a qualquer... Ele falou: "Não, Deputada, as terras são da Embrapa e nós precisamos dela." Então, não é assim. São pessoas que estão ali há mais de cinquenta anos, mas chegam do nada e retiram essas famílias de lá. Vão colocar o povo onde? Principalmente vocês da agricultura, que estão plantando e que sobrevivem disso aí, vão botar onde? Na cabeça de quem? No terreno de quem? Na casa de quem?

Então, o Estado deixa o povo entrar, morar, construir – eu estou falando de um modo geral, não estou falando só das áreas rurais – e depois derruba. Vai fazer o quê? Por isso eu estou falando para vocês que, no que depender desta Casa, eu como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e os demais Deputados, vamos trabalhar em prol da regularização, da legalidade, tanto das áreas rurais como das áreas urbanas. Nós estaremos trabalhando mesmo.

Eu espero, Deputado Ricardo Vale, que, desta reunião, já haja o consenso para aprovar este projeto, para regularizar logo e tocar isso para a frente, porque o povo precisa trabalhar, pois tem suas famílias para sustentar.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputada Telma Rufino.

Quero anunciar a presença do Deputado Chico Leite e do Deputado Prof. Reginaldo Veras. À medida que os Deputados forem aparecendo aqui, vamos anunciando.

Quero informar que, em acordo no âmbito da própria Comissão de Assuntos Fundiários, já foram inscritas dez pessoas da plenária para fazer uso da palavra. Vamos intercalando juntamente com a Mesa. Daremos cinco minutos para as autoridades da Mesa fazerem a sua exposição inicial e vamos intercalando: chamamos dois da Mesa e dois da plenária.

Regimentalmente, a plenária fará uso da palavra somente por três minutos. Então, vocês que estão inscritos para falar terão três minutos. Mas, como ainda há algumas pessoas que querem fazer uso da palavra, eu vou possibilitar mais três inscrições aqui. Quem quiser falar procure a Gabi, que está ali em pé.

Vou passar a palavra ao Sr. Francisco Miguel Lucena, representante do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária.

SR. FRANCISCO MIGUEL LUCENA – Senhoras e senhores, boa tarde. Eu saúdo a Mesa na pessoa do nosso combativo Deputado Ricardo Vale. E, na pessoa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	5

de S.Exa., cumprimento todas as autoridades da Mesa e demais autoridades aqui presentes ou representadas.

Eu quero saudar também os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, acampados e acampadas da reforma agrária, assentados e assentadas e todas as pessoas que aqui vieram como interessados ou beneficiários do programa de reforma agrária ou da política de reforma agrária no Distrito Federal e na região do Entorno.

Saudando a Deputada Telma Rufino, quero saudar também todas as mulheres aqui presentes. Nós consideramos os assuntos reforma agrária, terra, regularização fundiária – o tema ligado à questão agrária – um dos principais, talvez os três temas mais importantes do Distrito Federal. Por quê? Porque nós temos um território pequeno, um território que ocupa um espaço geográfico muito restrito. Temos uma grande população e uma grande afluência de pessoas, pela importância que tem o Distrito Federal e por abrigar os três Poderes da República. Então, é um território de segurança nacional. Mas nós temos a questão das características deste quadrilátero: ambientais, sociais, econômicas e também comerciais.

É uma área privilegiada pela natureza, porque tem uma localização privilegiada, tem um relevo também privilegiado e tem a presença da natureza fortemente vinculada à questão do cerrado, que é um dos biomas mais importantes do nosso País e do mundo. Então, neste sentido, seria imprudente, seria inoportuno fazer este debate, pensar em promover a regularização fundiária sem colocar em xeque todas as questões que estão colocadas neste território.

A primeira delas é o grande número de famílias rurais que vieram de vários estados do Brasil. Eu sou cearense e estou aqui há 21 anos. Hoje sou acampado da reforma agrária, produzo produtos orgânicos, comercializo direto ao consumidor. Já tenho, inclusive, uma certificação precária do Ministério da Agricultura, mas ainda não sou assentado, sou apenas um ocupante com nome de acampado do acampamento Chapadinha, no Distrito Federal.

Então, discutir a questão da terra no Distrito Federal é ter que levar em consideração não apenas todos os habitantes que aqui estão. Por quê? Porque os conflitos afloram em função do pequeno espaço, da necessidade e da demanda que há por um pedaço de terra, seja para produzir, seja para morar, seja para desenvolver uma atividade econômica industrial, comercial ou de qualquer natureza. E é um problema que se alonga ao longo dos tempos.

Eu queria, inclusive, lembrar que o território do Distrito Federal tem uma especialidade que nenhum outro estado do Brasil, nenhuma outra unidade da federação tem, que é: 2/3 das terras pertencem ao setor público, pertencem ao Estado, pertencem a nós todos, porque não é de ninguém, é do Estado. Nós temos uma parte que pertence à União e temos uma parte que pertence ao Distrito Federal. Então, são áreas públicas que precisam ser destinadas da melhor forma,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	6

precisam ser ocupadas da melhor forma, precisam ser demandadas por aqueles que têm a necessidade de viver, de produzir, de trabalhar e de desenvolver qualquer tipo de atividade econômica.

Já me encaminhando para fazer a conclusão da minha fala, neste momento, ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo do Distrito Federal e Região do Entorno, eu gostaria de agradecer a confiança, a forma como eles me indicaram para que eu fizesse essa fala em nome dos movimentos sociais que atuam na questão da reforma agrária no DF e na região do Entorno. Eu sou muito grato e pretendo não decepcioná-los.

Nós temos aqui um sentimento comum, um sentimento coletivo de que é necessário regularizar a situação de cada pessoa, de cada habitante que vive no território do Distrito Federal. Não se discute isso, é uma demanda necessária, é uma demanda pública e é uma demanda que implica na nossa luta cotidiana para que isso aconteça.

Agora nós precisamos permear os caminhos de uma regularização justa, adequada e de uma ocupação, seja do ponto de vista econômico, ambiental ou social, a mais racional possível. Nós já estamos enfrentando dificuldades terríveis na relação comercial, na relação com os agentes financeiros, porque não temos documentação para garantir que tenhamos acesso a políticas de financiamento, a políticas de investimento, a políticas de apoio à produção.

Se fizermos uma regularização pelo avesso, incorreta, inadequada, nós vamos colocar em xeque, talvez, todas as famílias que hoje são acampadas no DF sem terem onde ficar. Por quê? Porque algumas iniciativas que foram tomadas antes e ultimamente já colocam em xeque a política de distribuição de terras através do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT, que está no decreto que foi publicado no dia 30 de agosto de 2016. Se aquele decreto tiver de ser cumprido em 100%, se ele tiver de ser cumprido à risca, nós todos acampados estaremos comprometidos a não termos direito a um pedaço de terra para sermos assentados. Como é que vamos discutir isso?

Aí eu quero concluir pedindo, primeiro, racionalidade, prudência e responsabilidade de todos e de todas nós. Nós temos ansiedade de querer a regularização, mas nós precisamos saber que tipo de regularização está sendo oferecida para nós.

Por isso, eu queria dizer à Mesa, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Ricardo Vale, e dos demais membros da Mesa aqui representados, Secretaria de Agricultura, Terracap, demais instituições presentes, ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, Fórum da Reforma Agrária, que nós precisamos aprofundar essa discussão e cumprir aqueles requisitos básicos, primeiro para garantir que todas as comunidades de acampados de pequenos agricultores, de famílias que precisam da terra para morar, que precisam da terra para trabalhar, serão atendidas

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		7

prioritariamente, como diz a nossa Constituição, para, a partir daí, fazermos a regularização justa, adequada, racional e garantirmos o oferecimento para as futuras gerações de um território mais saudável e mais justo para todas as gerações que vierem depois de nós.

Eu agradeço mais uma vez ao Deputado Ricardo Vale e aos demais membros da Mesa e agradeço a atenção de vocês. Estou aqui para conduzirmos o debate nessa linha, para que consigamos realmente que o interesse de cada um e de cada uma, dos membros e dos ocupantes do território do Distrito Federal, seja contemplado. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Francisco Miguel de Lucena, o nosso Chiquinho, representante do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Agaciel Maia, que é o Presidente da CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente desta audiência pública, Deputado Ricardo Vale, cujo desempenho, competência e brilhantismo deixo registrados aqui. Estou no meu segundo mandato, mas passei praticamente 33 anos dentro do Congresso Nacional. É um dos Deputados de primeiro mandato que tem se destacado aqui nesta Casa, que tem sido guerreiro, que tem lutado por seus pontos de vista, e esta audiência hoje demonstra exatamente isso.

Quero cumprimentar também a Deputada Telma Rufino, que é essa guerreira, que tem uma identidade, que lutou, que enfrentou máquinas da Agefis, que enfrentou esses aspectos burocráticos da Terracap e que tem feito um belo trabalho.

Venho hoje, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças aqui da Câmara Legislativa, já pela terceira vez, eleito pelos colegas, para assumir o compromisso, Deputado Ricardo Vale e Deputada Telma Rufino, de que, no que depender da parte orçamentária – políticas públicas só são feitas com dinheiro; não nos adianta falar sobre regularização, assentamento se não tivermos o dinheiro, a estrutura para fazê-los –, como Presidente e Relator do Orçamento do Distrito Federal, eu acatarei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças as proposições que V.Exa. apresentar.

Outro aspecto – digo isto porque cheguei aqui em 1974 e fui morar no Guarã II, que não tinha nem asfalto: a Terracap foi criada com a finalidade de organizar a parte fundiária de Brasília e a Novacap como instrumento, porque praticamente não existiam empresas para organizar a parte urbana da cidade, para fazer jardim, para fazer pavimentação. Acontece que a Terracap foi criando uma estrutura meio monstruosa, em que parte do grupo de servidores... Nós sabemos que Brasília é um quadrado, e a Terracap só vai existir enquanto houver terra para vender. Ou seja, é finita, uma hora acaba!

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		8

O que nós precisamos fazer, Deputado Ricardo Vale e Deputada Telma Rufino – não recebi a nominata de toda a Mesa aqui, mas quero, em nome deles, cumprimentar todos –, é dar um redirecionamento ao problema da Terracap. Ela não pode ver como subsistência ou o pagamento infinito de servidores seus... se apropriar da terra das pessoas, porque quem precisa de terra não é a Terracap, não. Quem precisa de terra são os moradores.

Na discussão, Deputado Ricardo Vale, ainda no governo Agnelo Queiroz, eu dei uma sugestão à Terracap, na mudança dela para agência, para que, quando ela vender essas grandes projeções aqui dentro de Brasília, ao invés de, depois gastar o dinheiro, se for vender para um *shopping*, que faça com uma participação societária. Nós vendemos esses terrenos e, agora, 50% dos aluguéis dessas lojas vão para a Terracap. Aí vocês vão continuar sobrevivendo.

Agora, não adianta, e esse Legislativo não vai aceitar isso... a cada dia que passa, vocês ficam mais gananciosos e querem avançar em cima de terras de pessoas que chegaram aqui há trinta ou quarenta anos, comeram poeira, terra e são responsáveis pela construção desta cidade. Nós não podemos dar prioridade a vocês em detrimento de uma população toda que já está assentada em Brasília. Então, a Terracap tem que se reinventar, e o governo – tenho dito isto e a Deputada Telma Rufino é testemunha – precisa regularizar, precisa ter uma política fundiária para Brasília. Isso é bom para ele, porque, hoje, em impostos sobre transmissão de bens imóveis, nós arrecadamos em uma cidade deste tamanho 300 milhões por ano. Belo Horizonte, onde os imóveis são muito menos valorizados, arrecada 3 bilhões e meio.

Se as cidades e os condomínios estivessem regularizados e todos estivessem com escrituras... Nós sabemos, inclusive, que, na área rural, quando você vende alguma coisa, tem que fazer um contrato de cessão de direitos, em que se reconhece a firma do comprador e a do vendedor e nada é passado para o cartório. O governo perde praticamente 3 bilhões de reais por ano.

Portanto, a regularização é boa para o governo politicamente porque vocês querem receber suas escrituras; é bom para vocês porque, na hora em que o produtor rural apresentar proposta a qualquer banco de financiamento, ele vai exigir exatamente a propriedade. Nós sabemos que, culturalmente, a propriedade se dá pela escritura registrada. Então, é bom para quem a tem e é muito melhor para o governo, que passa a ter 3 bilhões ou 4 bilhões de reais a mais por ano para fazer políticas públicas. Parte desse dinheiro pode ser investida no desenvolvimento da área rural e outra parte, Deputado Ricardo Vale – falo como economista e não como Deputado –, para poder desenvolver políticas públicas, para melhorar a saúde da cidade, que está ruim.

Então, eu tenho batido em cima disso com o Governador Rodrigo Rollemberg, dizendo: "Governador, em regularização fundiária, tem que haver uma política pública. Pegue os melhores que houver em Brasília e coloque-os para fazer!" Ou se faz a regularização das áreas rurais de Brasília, dando as escrituras, e dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	9

condomínios e da maioria das cidades, ou seja, do Itapoã, São Sebastião, Riacho Fundo, ou o governo vai continuar, Deputado Ricardo Vale, a patinar.

Eu sei que, com a chegada de V.Exa. e da Deputada Telma Rufino a esta Casa, temos muito a fazer e sabemos por onde ir. Saber por onde ir, nós sabemos. Nós só precisamos abrir a cabeça das equipes do governo – não do Governador em si, mas das equipes que acompanham o governo – no sentido de que regularizar é bom para o morador e é muito melhor para o governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. V.Exa. está de parabéns pelo trabalho aqui, sempre muito sensível também aos movimentos sociais, a essa questão das terras do Distrito Federal. Tenho certeza de que V.Exa. vai ajudar muito neste debate também.

Quero registrar a presença do chefe de gabinete da Agefis, Sr. Aristides Maia.

Passo a palavra para mais um membro da Mesa e, logo em seguida, abriremos para a plenária.

Neste momento, passaremos a palavra ao chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Sr. José Raimundo Sepeda da Silva, por cinco minutos.

SR. JOSÉ RAIMUNDO SEPEDA DA SILVA – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar, na pessoa da Deputada Telma Rufino, todas as trabalhadoras rurais, todas as mulheres aqui presentes, assentadas ou acampadas, todas as agricultoras do Distrito Federal, e, na pessoa do Deputado Ricardo Vale, cumprimentar todos os trabalhadores rurais, acampados e assentados, todos os produtores, pequenos ou grandes, que fazem parte do sistema produtivo aqui do Distrito Federal. Quero cumprimentar também todos os colegas componentes da Mesa.

Eu estou aqui representando o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Superintendência do Distrito Federal e Entorno, em nome do Superintendente Marco Aurélio, o Marcão, que pediu para eu vir aqui representá-lo e colocar um pouco da visão do Incra do Distrito Federal sobre a regularização fundiária e assentamento de famílias de trabalhadores rurais aqui no Distrito Federal.

É uma situação bastante difícil fazer esse tipo de trabalho, porque a gente depara com muitos problemas, com muitos impedimentos legais também, impedimentos de ordem operacional, porque, como o Deputado falou agora há pouco, custa dinheiro também, e temos que ter um orçamento, temos que ter recursos públicos disponíveis para operacionalizar a reforma agrária e a regularização fundiária, quer seja urbana ou rural.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		10

Aqui no Distrito Federal o Incra vem atuando, a gente sabe e reconhece, de maneira até modesta, não por sua vontade. A abrangência da Superintendência do Incra no Distrito Federal inclui também o Entorno, que pega 38 municípios de Goiás e mais 5 municípios de Minas – além do Distrito Federal, é claro. Então, isso faz com que a atuação dentro, especificamente, do Distrito Federal se torne um pouco modesta, primeiro porque o Incra não tem terras. As únicas terras que seriam de propriedade do Incra, que seria o antigo projeto de colonização Alexandre Gusmão, tem poucas terras ainda para serem destinadas. A grande maioria da área do PICAAG – Projeto Integrado de Colonização Agrícola Alexandre de Gusmão, que é o projeto de colonização, já foi destinada no passado, principalmente nas décadas de setenta e oitenta para os agricultores pioneiros que vieram naquela época. Hoje restam poucas áreas para serem destinadas.

Uma situação que também nos põe em xeque é o valor das terras particulares dentro do Distrito Federal, que torna inviável a desapropriação para disponibilizá-las para fins de reforma agrária. O custo fica muito alto. O Incra, dentro dos seus normativos, decretos e leis, tem um limite por família, tem uns valores ideais para aplicação em assentamentos de famílias. Então, os valores de terras aqui ficam, praticamente, impeditivos para o pequeno, para o pouco orçamento que é disponibilizado hoje para reforma agrária. Então, a gente tem que buscar essas parcerias, a pareceria da SPU – Secretaria de Patrimônio da União, que é quem detém também boa parte das terras públicas aqui no Distrito Federal, e atuar, também conjuntamente, apoiando as ações da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que tem promovido muitas ações aqui no Distrito Federal para fins de legitimar e regularizar as situações de muitos agricultores e agricultoras familiares aqui no Distrito Federal.

A Deputada Telma Rufino fala da apreensão do risco de vir uma fiscalização e tirar aquela família dali, daquele local onde trabalha, mora, produz. Todas as pessoas que estão em terras públicas acabam correndo esse risco. Então, o que falta mesmo, o que falta é uma atuação de verdade para dar essa segurança jurídica, dar um instrumento legal para que a família possa morar, trabalhar e progredir com segurança e com a responsabilidade ambiental que a gente deve ter hoje em função da grande deficiência, dos grandes problemas ambientais que a gente vem enfrentando, não só aqui no Distrito Federal como em várias outras regiões do Brasil.

Uma dúvida também que me veio, quando eu estava dando uma olhada no projeto de lei é sobre o tratamento que será dado para os agricultores. É uma dúvida que quero colocar aqui para a Mesa, que é sobre o tratamento entre pequeno, médio e grande, se vai ser igual, se vai haver alguma diferenciação. O Incra tem tratado diferentemente áreas com quatro módulos fiscais das áreas com quatro a quinze e das áreas com acima de quinze, que já são as grandes propriedades. Então, acho que é uma sugestão que eu deixaria: que houvesse um tratamento diferenciado para os pequenos, médios e grandes agricultores e produtores rurais, para que a gente

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	11

possa dar condições também aos pequenos de chegarem um dia a terem realmente um progresso dentro da sua atividade rural, dentro daquilo que sabem fazer.

Então, quero agradecer e também colocar o Incra e a nossa instituição à disposição para colaborar naquilo que for necessário.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Sepeda.

Concedo a palavra à Sra. Josefa Ataídes, da Coordenação do FETADFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno.

SRA. JOSEFA ATAÍDES – Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Dra. Aline, nossa parceira, que nos representa. Quero saudar também todos os meus companheiros de luta aqui presentes neste momento e começar dizendo que o País é nosso, o direito é nosso, e que o voto é a nossa principal arma de luta. Saber de que lado estamos e quem nos representa nos faz conscientes e empoderados.

Como fui anunciada, eu sou a Josefa, represento a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno, mas também não posso ser omissa e deixar de dizer que sou acampada, faço luta por reforma agrária e represento 118 famílias em uma das associações – pois são duas – no acampamento Tiradentes represento a ATTRAT – Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Acampados no Tiradentes, na Região Administrativa de São Sebastião.

Como foi previamente combinado que cada movimentoalaria sobre um tema, eu vou falar sobre o tema agrotóxico – agrotóxico que a revista Veja teima em dizer que é defensivo agrícola. Eu conheço e já fui vítima, e, para nós agricultores familiares, o único nome que existe é veneno.

De acordo com a ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, dos cinquenta agrotóxicos mais utilizados no Brasil, 22 são proibidos na União Europeia. Pelo alto consumo dos defensivos, o Brasil é considerado uma lixeira tóxica. Contudo, na visão de Alberto Feiden, pesquisador da Embrapa Pantanal, é possível mudar esse quadro. "É uma falácia dizer que é impossível produzir alimentos sem produtos químicos. Há como substituir os agrotóxicos por sistemas de manejo, um resgate de práticas tradicionais em prol do reequilíbrio do meio ambiente."

A geógrafa Larissa Mies fala sobre a legislação que regula esses produtos no Brasil e diz que o uso massivo deles é explicado por uma economia que exporta *commodities* em grande escala.

Nós, trabalhadores rurais, conhecemos essa realidade e sabemos que as pesquisas apontam mais de mil mortes a cada sete meses. Temos certeza de que existem outras tantas ou mais, que não fazem parte desse registro. A FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz diz ainda que há um caso de intoxicação a cada noventa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	12

minutos e que a população urbana também é vítima – nós sabemos disso – desse capitalismo desenfreado.

O professor Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, orientou um estudo sobre o assunto e encontrou nessa pesquisa a contaminação no leite materno e na gordura do corpo do ser humano.

Aí eu começo a refletir: não adianta saber de tudo isso e não fazer nada! O que queremos é que a vida seja colocada antes do lucro. Que tenhamos uma legislação honesta e humana sobre agrotóxicos, pois hoje recebemos, no ar que respiramos, na comida que comemos, quilos e mais quilos de agrotóxicos.

Sabemos ainda, por meio de pesquisa muito recente, que alguns não pagam impostos e, quando pagam, esse imposto é menor do que o medicamento que usamos, que, na maioria das vezes, é para curar as sequelas produzidas por tais venenos.

Deixo aqui o meu protesto, como vítima que já fui de agrotóxico. Não adianta eu, na minha pequena parcela, fazer campanha, ou produzir orgânico, ou fazer uma agroecologia, se o grande do meu lado joga veneno na minha cara com o avião; se esse veneno não paga imposto e, às vezes, a gente acha que isso é normal; se o que comemos às vezes faz mais mal do que bem.

Então, eu convoco a companheirada que se encontra aqui hoje: o que nós precisamos é, em uma só voz, gritar para que essa reforma agrária seja digna, seja um projeto sustentável, e que a nossa mesa, a mesa dos nossos filhos, a mesa do futuro deste País consuma menos veneno.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Josefa.

Só aproveitando, como ela falou da questão dos agrotóxicos, informo que quinta-feira que vem, dia 1º de dezembro, vamos realizar aqui uma comissão geral, nesse mesmo horário, 15h, para discutir o uso de agrotóxico no âmbito do Distrito Federal. Então, aproveito para convidar todos vocês e a senhora também.

Vou passar a palavra para mais um da plenária, e depois a gente volta aqui para a Mesa.

Concedo a palavra, por três minutos, ao Sr. Vicente Almeida, pesquisador da Embrapa.

SR. VICENTE ALMEIDA – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde, companheiro Ricardo Vale, companheira Telma. Cumprimento também os demais membros da Mesa, o companheiro Chiquinho, o companheiro Parente, como todos nós, militantes também da causa da reforma agrária. Eu aqui estou representando a Secretaria Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		13

Primeiramente, parablenzo-os pela iniciativa e faço uma pequena ressalva, na presença aqui de vários companheiros das lutas que travamos juntos. No Distrito Federal, há uma característica muito própria: além da extrema diferença de renda, indo do Lago Sul para as regiões mais periféricas que existem hoje, temos também uma grande concentração de grileiros. Inclusive, alguns deles estavam aqui neste Parlamento na época em que a gente ocupou, por exemplo, a Fazenda Toca da Raposa, onde um grileiro estava guardando a sua produção de arroz.

Eu fico surpreso com o fato de o Governador Rollemberg instituir uma comissão para discutir a questão da regularização da terra no Distrito Federal e não chamar o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; a FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, o MLT – Movimento de Luta pela Terra; os movimentos sociais que, efetivamente, são aqueles que dão sentido social à terra no Distrito Federal, movimentos que lutam pela terra no Distrito Federal.

Lutar pela terra, discutir a regularização da terra, é antes de tudo discutir a distribuição de renda no Distrito Federal. Não podemos pensar na distribuição da terra sem distribuir primeiro a renda, distribuir a riqueza, distribuir o poder. Quando se está pensando em fazer a regularização da terra e se chamam apenas aqueles que representam as grandes fazendas, que democracia estamos vivendo aqui no Distrito Federal? É o que está aqui nesse relatório. (Palmas.) Nós temos aqui a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal. Representa os pequenos agricultores?

(Manifestação na galeria: "Não!")

SR. VICENTE ALMEIDA – Nós temos aqui o Conselho do Desenvolvimento do Distrito Federal. Representa os pequenos agricultores?

(Manifestação na galeria: "Não!")

SR. VICENTE ALMEIDA – Temos aqui a Contag? Temos o MST? Temos o MLT? Temos os demais movimentos que lutam pela terra aqui no decreto? Nem o Fórum da Reforma Agrária, Chiquinho, está aqui para discutir o decreto.

Hoje, se eu não me engano, é o último dia para apresentar emenda. Hoje é o último dia?

(Intervenções fora do microfone.)

SR. VICENTE ALMEIDA – Não. Que bom! Que bom que nós temos, hoje, a oportunidade, Deputado Ricardo Vale – e esse é o grande valor de termos um representante dos movimentos sociais aqui na Câmara Legislativa –, de abrir esse espaço para ouvir esses movimentos, ouvir o grito de quem luta pela democracia da terra, pela distribuição de riqueza e também pelo uso adequado da terra sem contaminar a nós ou a população do meio rural.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		14

Eu queria aqui deixar esse meu desabafo, deixar os parabéns a quem puxou essa audiência pública e deixar um alerta ao Governador Rollemberg e sua equipe para que, efetivamente, antes de trazerem o projeto para cá, escutem primeiro os agricultores, escutem primeiro quem faz luta pela reforma agrária no Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Vicente.

Quero registrar a presença do Cláudio Santos, Diretor-Presidente da Cooperativa Habitacional do Eletricitários.

Passo a palavra agora para o Sr. Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, José Parente, por cinco minutos.

SR. JOSÉ PARENTE – Quero saudar os integrantes da Mesa na pessoa do Presidente da comissão geral, Deputado Ricardo Vale. Quero fazer uma saudação especial aos companheiros e companheiras trabalhadores que se acham aqui presentes justamente para ouvir e debater esse tema tão complexo.

Nós sabemos que a terra é sobretudo um espaço de vida. Ela não pode, jamais, ser reduzida a uma simples mercadoria, segundo o nosso ordenamento jurídico, que, felizmente, ainda não foi arranhado no que diz respeito à questão agrária, porque, em se tratando da questão política, nós tivemos mais recentemente um verdadeiro atentado à Constituição, que foi a deposição da Presidente da República eleita pelo voto popular.

Então, quero registrar aqui que é de suma importância, primeiro, entendermos que a terra, como espaço de vida, tem uma certa proteção constitucional que agrava com o ditame de que a propriedade, independentemente de ser pública ou privada, tem de cumprir com a função social. Cumprir com a função social não é somente produzir de forma racional visando ganhos econômicos. Cumprir com a função social é respeitar a legislação ambiental, é respeitar a legislação trabalhista, é cuidar do bem-estar social daqueles que lidam com a terra em geral. Nós sabemos que aqui no Distrito Federal existe outro agravante, embora tenhamos ainda sob o domínio público quase dois terços desse território; que é um território diminuto, diga-se de passagem, que abriga a terceira maior população do País, mesmo sendo abundante em recursos naturais; ele se mostra insuficiente para atender tamanha demanda.

Isso impõe, de imediato, que sejamos cuidadosos com a sua ocupação e utilização. Aqui nós ainda podemos reverter os males que estão, de certa forma, sacramentados através de uma distribuição absolutamente desigual. Dados cadastrais do Incra de 2013 revelam que, dos quase 11 mil imóveis rurais, perfazendo para mais de 360 mil hectares, apenas 448 desses imóveis considerados da classificação feita pelo Incra como grandes propriedades improdutivas, pasmem, detêm para mais de 55% dessa área cadastrada, desses 360 mil hectares. Por outro lado, 83% desses imóveis detêm apenas 12% dessa área.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	15

Logo, companheiros, para se falar em regularização, entendendo que a regularização é a validação daquilo que é passível de ser regularizado, segundo os ditames legais. Não existe posse em terra pública, desde que a ocupação, concedida ou não, atenda a essas exigências constantes do princípio da função social. Outra coisa, não se pode regularizar, até porque a regularização – o Sepeda sabe muito bem disso – é um instrumento auxiliar ao programa de reforma agrária, que é um instituto básico para o reordenamento de uma estrutura fundiária marcada por anomalias inúmeras, ou então, a regularização não pode incidir sobre grandes propriedades. Isso é um acinte, isso é de uma ilegalidade que provoca náuseas. Então, já concordando com aqueles que me antecederam, que estão a encaminhar pela necessidade urgente de ampliarmos essa discussão. Vicente, não é só a discussão com os trabalhadores rurais, não, até porque essa questão afeta a sociedade como um todo, a questão ambiental foi muito bem levantada pela comunidade. O agronegócio, além de carrear recursos outros de apoio à agricultura, 95% do crédito, em 2012, foi destinado ao agronegócio, 5% apenas para agricultura familiar. Isso são dados do MDA – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, companheiros, não há por que admitirmos a possibilidade de, a toque de caixa, aprovarmos e encaminharmos a aprovação desse projeto de lei. A sociedade tem que se insurgir contra isso. Eu acho que é obrigação e responsabilidade desta Câmara Legislativa convocar todos os segmentos da sociedade civil organizada, porque essa questão afeta a todos indistintamente. É claro que o maior prejuízo será, sobretudo, para aqueles que habitam a terra e que dela retiram o seu sustento, sem dúvida nenhuma. Ou então, não há conversão da terra em mercadoria.

Vamos fazer uma regularização que suceda ao processo de reordenamento da estrutura fundiária, em conformidade com o que determina a função social da terra.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, José Parente.

Eu quero registrar a presença do Deputado Wasny de Roure, que é o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores e membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa – um dos Deputados mais atuantes, sem sombra de dúvida, e um militante da luta pela reforma agrária e pela terra aqui no Distrito Federal. Deputado Wasny de Roure, se quiser fazer uso da palavra, está à disposição.

Passo a palavra agora ao Superintendente de Licenciamento Ambiental do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental –, Sr. Antonio Queiroz Barreto e, em seguida, eu volto para a plenária.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início		Sessão/Reunião			Página	
24 11 2016			15h30min		105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL			16	

SR. ANTONIO QUEIROZ BARRETO – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e também patrocinador desta audiência pública, Deputado Ricardo Vale; Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa, Deputada Telma Rufino; Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, José Guilherme Tollstadius Leal; Sr. Diretor de Habitação da TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília –, Gustavo Dias Henrique; Sr. Chefe da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, José Raimundo Sepeda da Silva; Sr. Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária, José Vaz Parente; Sr. Francisco Miguel de Lucena, representando o Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária; Dra. Aline Marques, representando o Movimento de Moradia; e toda essa plateia que traz para esse fórum excelente discussão sobre a regularização das terras no Distrito Federal, muito bem explanada aqui pela defesa do Sr. Secretário José Guilherme Leal. Ele disse que temos que ter um certo zelo com toda essa história fundiária do Distrito Federal e também – como foi dito pelo José Parente, que nos antecipou – zelo ambiental com o Distrito Federal.

Estou representando a Presidente Jane Maria Vilas Bôas, Presidente do IBRAM, Instituto do Meio Ambiente do Distrito Federal. Hoje estou ocupando a Superintendência de Licenciamento Ambiental, que é o setor que regula e regulariza ambientalmente as atividades econômicas do Distrito Federal.

Vemos que a nossa posição geográfica é bastante peculiar no território nacional. Estamos no topo do Planalto Central e temos as nascentes de três grandes bacias nacionais. Temos uma condição de solo de recarga de aquífero e estamos inseridos em um bioma que está sendo degradado com o passar dos anos, devido a práticas não sustentáveis. Estamos hoje numa crise pelo recurso hídrico, pela água, além de toda essa campanha contra as invasões.

Então, entra-se numa pauta bastante interessante que é envolver a qualidade ambiental das terras do Distrito Federal com o seu uso sustentável, e a gente tem verificado que nada mais adequado que as atividades agropecuárias, as atividades pastoris, para frear a urbanização exagerada que está acontecendo devido a aqui já ser a terceira maior cidade do País. Já somos considerados a terceira maior metrópole – e com uma forte pressão urbana.

Então, a nossa tipologia de solo, a nossa situação geográfica, a nossa história fundiária torna este momento aqui bastante peculiar, bastante interessante, quando se traz como tema a busca da situação fundiária para todo o Distrito Federal, sendo ele urbano, sendo ele rural. Então, é bastante gratificante estar aqui discutindo com vocês e ouvindo-os. Estamos aqui para contribuir no que for possível, trazendo sempre à tona a necessidade de controle e preservação ambiental. Obrigado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	17

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Antonio Queiroz Barreto, Superintendente de Licenciamento Ambiental do Ibram.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Edmar Souza Tavares, da Coordenação do MST.

SR. EDMAR SOUZA TAVARES – Primeiramente, boa tarde para os companheiros e companheiras. Quero saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Ricardo Vale e da Deputada Telma Rufino.

A minha contribuição aqui é mais em torno do Projeto de Lei nº 1.281, é perceber a necessidade da participação popular em torno do PL. O Fórum sequer foi convidado para discutir essa questão do PL, porque trata diretamente das terras rurais pertencentes à Terracap.

Entendemos que não há posse em terra pública, mas sabemos também que se trata de uma política de regularização fundiária. Nós estamos aqui registrando a ausência... Das tantas reuniões que houve, dezessete, o próprio Vicente citou quais foram os órgãos que participaram. O Fórum, que é um espaço legítimo, sequer foi convidado para debater sobre as terras públicas pertencente à Terracap.

Entendemos que dentro do Distrito Federal existem vários movimentos que lutam pela terra, vários movimentos que estão dentro de espaço. Entendemos que existe uma política – que é o CPA –, que é a política de assentamento de trabalhador e trabalhadoras rurais sem terra. Também estamos aqui para registrar e colocar essa necessidade de ter uma participação popular em torno do PL.

Entendemos que esse Plenário aqui está tendo uma discussão que demonstra e reforça, a cada momento, a necessidade de ter a participação popular, envolvendo todas as categorias. O Incra está aqui para falar da experiência e da regularização fundiária, mais em especial na região de Brasília.

O PL, em nenhum momento, aborda qual é, de fato, o modo rural pelo qual essas pessoas vão ser regularizadas. Aborda que as pessoas que estão ocupando as terras de maneira regular, de 2008, essas pessoas vão ser regularizadas. Mas a preocupação maior do Fórum e do MST é sobre os procedimentos que têm que ser adotados da política de regularização fundiária dentro dessas terras.

Entendemos que essas terras pertencem à população, porque são terras públicas, e percebemos a necessidade de aquelas terras que não tiverem hábito, a serem regularizadas, terem que ser destinadas para fins de reforma agrária, que é um procedimento do Governo Federal: toda a terra que não esteja cumprido a sua função social tem que ser destinada à criação de assentamento.

O Fórum está atento para todas as reuniões que vão acontecer, aqui nas divisões da Câmara Distrital, para participar dessa discussão, porque é uma discussão que nos interessa, e é uma discussão que também interessa à sociedade civil, porque estamos falando das terras que pertencem ao Distrito Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	18

Também estamos aqui para colocar a necessidade de, dentro da própria Terracap, montar uma comissão para fazer o acerto fundiário dentro daquelas terras que estão desapropriadas. É um prejuízo não discutir também essas terras, porque elas têm condições de serem destinadas para aqueles assentamentos, ou não. Mas são terras que estão aí. Nós estamos aqui para reafirmar que são terras de que alguém está tirando algum proveito, e estamos aqui para denunciar que a maioria dessas terras está sendo indevidamente grilada.

Essa é a contribuição do MST.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Vou passar a palavra agora ao Valter Nicoletti, Presidente da Cooperativa Agrícola do Rio Preto.

SR. VALTER NICOLETI – Nossa saudação ao Deputado Ricardo Vale, à Deputada Telma Rufino, aos demais Deputados aqui presentes.

Em nome dos produtores rurais da região do Rio Preto, que eu represento pela cooperativa, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de enfrentar por meio do Legislativo esse problema sério que, se não for enfrentado, agravará a cada dia que passa a situação de todos nós.

Neste momento eu gostaria de saudar também o nosso Secretário de Agricultura José Guilherme, que, juntamente com o Dr. Lúcio Valadão, vem desempenhando ao longo desses últimos dois governos um papel diferenciado daquela Secretaria junto a nós. Deputado, se nós produtores rurais formos olhar a situação que vivemos lá na roça, podemos, e eu tenho dito em algumas ocasiões, dizer que somos quase cidadãos de segunda classe. Não temos lá o atendimento de saúde que se tem no perímetro urbano, aqui, da Capital da República. Os nossos filhos não têm o acesso a uma escola de melhor qualidade. Eu inclusive convidaria, e já convidei, o Administrador de Planaltina a rodar no transporte escolar no mês de julho para ver a situação que os nossos filhos e os filhos dos nossos funcionários enfrentam no dia a dia para chegarem à escola para aprenderem e poderem enfrentar a vida.

Eu gostaria de falar sobre o Plano de Assentamento do Distrito Federal. Saúdo todos vocês que estão aqui, sejam dos movimentos sociais que buscam uma situação melhor, sejam daqueles que forem buscados, quer na Paraíba, quer no Rio Grande do Sul, quer no Espírito Santo, para ocuparem as áreas do belíssimo Plano de Assentamento do Distrito Federal elaborado há quase meio século.

Se vocês entrarem no detalhe da localização do objetivo de cada propriedade desenhada no nosso quadrilátero, embora pequeno, verão que aquelas pessoas que talvez não estejam mais entre nós desempenharam um papel belíssimo pensando nos dias de hoje.

No Distrito Federal, a missão principal nossa – nós que somos da roça – é atender a demanda do consumo daqueles que vivem no meio urbano. O

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início		Sessão/Reunião			Página	
24 11 2016			15h30min		105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL			19	

assentamento premiou de forma diferenciada a ocupação dessas áreas trazendo aquelas pessoas que se identificam com as diversas atividades que lá desempenhamos para poder atender essa demanda do consumo do pessoal da região urbana. Esse Plano de Assentamento é modelo internacional, tem sido visitado por comitivas internacionais, quer na AgroBrasília, quer na Cootaquara, pelo excelente trabalho feito por esses produtores que lá estão assentados, que também estão buscando, assim como a grande maioria que está aqui, um local para deixar uma pequena lembrança talvez para sua família. Porque nós temos, Deputado, nesse meio, jovens trazidos para cá na década de 70 que hoje já são bisavós, não têm título de terra e não sabem se o local onde criaram seus filhos ficará para eles. Se isso demorar muito tempo a se resolver, os problemas com certeza se acumularão.

Gostaria de citar também que o Governador em exercício, Dr. Rodrigo Rollemberg, já deu demonstração, pela implementação duma lei quando Parlamentar, da vontade da regularização, que sentia a necessidade e a responsabilidade de executá-la.

Hoje, como Governador, traz até esta Câmara Legislativa um projeto de lei da maior importância. Isso vai gerar emprego, vai dar tranquilidade a quem lá vive e vai fazer justiça àqueles que aqui vieram trazidos pelo governo, que até hoje não sabem com quem ficarão essas áreas.

O Brasil tem sido olhado pela comunidade internacional com muita desconfiança. Não é só por essa razão, mas também porque aqueles agricultores foram trazidos para cá quarenta anos atrás e até hoje não têm o título da sua terra. O movimento de vocês é bem mais recente.

Estou me alongando. Eu gostaria de agradecer e dizer que estamos ansiosos, toda a população do Distrito Federal está ansiosa para que isso ocorra, pois vai trazer com certeza muito desenvolvimento e paz social para nosso Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Sr. Diretor de Habitação, respondendo também pela Diretoria Rural da Terracap, Gustavo Dias Henrique.

SR. GUSTAVO DIAS HENRIQUE – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui com vocês e cumprimentar o Deputado Ricardo Vale, a Deputada Telma Rufino, o nosso Deputado Wasny de Roure, o Deputado Agaciel Maia; enfim, todos os Deputados, e cumprimentar também o Sr. Secretário de Agricultura, José Guilherme. Na pessoa dele, cumprimento todos os membros da Mesa.

Essa questão da regularização tem sido muito debatida no âmbito da Terracap. O Governador deu uma determinação e foi o autor da lei, como bem lembrado pelo nosso amigo produtor na fala anterior, que permitiu o pontapé inicial

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		20

para essa regularização no âmbito federal e determinou à Terracap que procedesse no caminho da regularização. Obviamente, Deputado, todos sabemos que a imagem da Terracap como um grande leviatã está disseminada na sociedade do Distrito Federal. O que essa diretoria, através dessa determinação do Governador, tem procurado fazer é uma relação humana, recebendo os movimentos, as associações e todos aqueles que acompanham isso há muitos anos, para que possamos construir a partir da política da Secretaria de Agricultura.

É muito importante deixar claro que muitas vezes isso gera controvérsia e confusão. Quem implementa a política agrária é a Secretaria de Agricultura. A Terracap é um braço executor da política dada pelo governo. Então, no debate do dia a dia, as demandas chegam à Terracap já com essa imagem, esse passivo, Deputado Ricardo Vale, de uma desordem rural, de uma desordem urbana e de uma desordem fundiária. Essa determinação está na contramão do que foi proposto pela política da Secretaria e pela política de governo.

É muito importante isso, por quê? Nós temos feito um bate-bola muito interessante entre a Secretaria e a Terracap, neste sentido: Secretaria, você propõe a política. Nos debates entre nós, você diz quais os trâmites e nós, Terracap, vamos dentro disso discutir com você como vamos cumprir isso. Temos conversado com todos os movimentos que procuram a Terracap.

Eu queria também fazer um registro rápido. Hoje a Terracap tem um Presidente, o Júlio Cesar, que é profundo conhecedor da questão fundiária, porque é servidor da Casa, trabalhava nessa questão e era um trabalhador de campo na questão do assentamento fundiário. Então, nas discussões que têm sido propostas hoje, já conseguimos ter um avanço para, dentro da política do governo, encaminhar isso.

Rapidamente farei um comparativo. O Deputado Wasny de Roure está aqui e não vai me deixar mentir, para a gente mostrar a vontade política da regularização. A relação da discussão, no exemplo que eu vou dar, com os campos que atuavam ali e a construção histórica dessa regularização é a comparação, Deputado Wasny de Roure, com a regularização de associações e templos do Distrito Federal, que pelo tempo é um pouco menor do que a questão rural, mas eles vinham há mais de trinta anos lutando para que pudessem também chegar a essa regularização.

Na década de 90 – darei rapidamente esse exemplo, Deputado Ricardo Vale –, principalmente os governos de então deram muitas autorizações para essas entidades e essas igrejas ocuparem as áreas, e algumas leis foram aprovadas por esta Casa. Essas leis foram julgadas inconstitucionais no Supremo Tribunal Federal. Chegou até o Supremo, que derrubou a lei dizendo que a doação das áreas não poderia ser daquela forma. Então, criou um passivo.

Em 2009 foi feita uma lei de regularização. Essa lei, de lá para cá, nunca tinha sido implementada por vários motivos: resoluções, decretos, discussão de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	21

juros, enfim, uma discussão semelhante. Falo semelhante, a título de comparação. Nesse ano de 2009, após uma luta de vários Parlamentares, uma luta de vários líderes desses segmentos, nós conseguimos entregar, depois de trinta anos, as primeiras quarenta escrituras de regularização das terras.

Eu disse em um evento na semana retrasada que tivemos uma cobrança duríssima, como várias que recebemos, e quem está no Poder Público tem que ter maturidade e inteligência para receber as críticas. Um líder da regularização dessas áreas disse o seguinte: "Olha, desde abril de 2015, não aguentamos mais vir a reuniões, receber promessas e a coisa nunca acontecer. Não iremos mais a reunião nenhuma. Não sei há quantos governos a gente pleiteia e não consegue". Por que esse exemplo? Porque essa gestão da Terracap quer tentar tirar essa imagem que a Terracap é o grande leviatã, o grande vilão das terras públicas do Distrito Federal. A relação humana e o voto de confiança que temos pedido aos movimentos que nos procuram, o aprimoramento dos procedimentos e essa discussão com a Secretaria de Agricultura e com esta Casa é o que nós estamos tentando fazer.

A minha palavra é essa. Queremos também participar desse debate mais aprofundado do nosso PL, que vem para resolver ou tentar implementar, como no caso das Igrejas, o pontapé inicial da regularização rural no DF.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Gustavo.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Ricardo Vale e Deputada Telma Rufino, parabéns pela iniciativa desta comissão geral.

Cumprimento o Gustavo, que acabou de falar representando aqui o Presidente da Terracap, o Júlio. Quero cumprimentar também o Dr. Queiroz, representando aqui a Jane do Ibram, como também o Guilherme – realmente quero cumprimentá-lo porque, de fato, do Lúcio Valadão para o Guilherme praticamente não houve uma ruptura, houve quase uma continuidade.

Essa questão da reforma agrária, de fato, é um tema que precisa ser aperfeiçoado e avançado, como também a questão da regularização, que nada mais é do que a própria titulação. Mudou o nome para regularização, mas na verdade, uma vez que os contratos existentes com aqueles que foram oriundos da antiga Fundação Zoobotânica, eram contratos de arrendamento, que depois evoluíram para contratos de concessão real. Uma promessa sempre fez parte da pauta do Governador Rodrigo Rollemberg. Seja na qualidade de Deputado Distrital, de Deputado Federal e de Senador, ele sempre defendeu a política da titulação. Tínhamos divergência neste sentido, mas sem dúvida, esta matéria acabou sendo vitoriosa no Congresso Nacional, mas é preciso dar o desdobramento para que ela se corporifique aqui no Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	22

Quero também cumprimentar o CP daqui da nossa regional do Incra que, diga-se de passagem, sem alarde, vem fazendo a titulação dos projetos na Região de Alexandre Gusmão, um trabalho bastante interessante, feito juntamente com toda a equipe aqui da unidade. Acho que é uma experiência que precisa ser levada em conta. Às vezes, temos a mania de querer inaugurar, enquanto outros já estão trabalhando e precisam, no mínimo, ser lembrados. Agora estão fazendo a transferência do Núcleo Urbano do Incra 8 para o GDF para que ele dê prosseguimento. Inclusive, os dois estão aqui sentados bem pertinho! A Terracap e a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Territórios e Habitação e o Incra 8.

Quero cumprimentar o meu amigo José Parente, que é da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, um antigo e combativo militante pela reforma agrária. A ele o meu mais profundo cumprimento. Cumprimento o Lucena que integra o Fórum Distrital de Políticas da Reforma Agrária; e a Dra. Aline Marques, que esteve aqui conosco no debate da ocupação das escolas públicas no Distrito Federal e se posicionou de maneira bastante firme.

Eu quero cumprimentar também as lideranças dos produtores aqui presentes, dos sindicatos que vieram aqui acompanhar o debate e dos movimentos sociais.

Deputado Ricardo Vale, a sessão está bem tranquila. Eu acho que V.Exa. transmite essa tranquilidade. Deputado Ricardo Vale, se V.Exa. me permite a liberdade, eu gostaria de fazer menção à ausência do Instituto Chico Mendes. Mesmo com a presença do Incra, do Ibram, o Instituto Chico Mendes hoje é o responsável pelas unidades de conservação, inclusive, aqui, no Distrito Federal, há uma pauta que discutíamos. Eu e a Deputada Erika Kokay – tenho de resgatar aqui o trabalho da Erika – estivemos com a Ministra Izabella para a discussão da questão da FLONA – Floresta Nacional de Brasília, das diferentes flonas e daquilo que o governo federal aceitaria para ser utilizado para o programa de reforma agrária. É preciso resgatar esta pauta. Não é exatamente esta audiência que vai tratar disso.

Quero dizer, Gustavo, que eu imaginava que hoje já se ia discutir a minuta do decreto ou a minuta do edital da Terracap no que diz respeito a este processo, ou o edital que a Secretaria da Agricultura irá fazer.

Eu tenho uma preocupação. Eu acho que os produtores são um segmento que todos nós temos de respeitar, pois são homens e mulheres que levantam de madrugada, vão ao campo trabalhar, produzir, para ter o seu pequeno rendimento no final do mês. Eles não são como aqueles que têm um salário no final do mês, como nós servidores públicos ou nós Parlamentares. Eu creio que nós temos de ter uma atitude de enorme respeito por estas pessoas.

Eu sei até que, no passado, talvez eu não tenha tido capacidade de um diálogo mais respeitoso com este segmento de grande envergadura, que têm alcançado altos índices de produtividade. De toda maneira, há algumas coisas que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	23

nós devemos pontuar nesta história. Eu me lembro de que, certa vez, eu fiz um pequeno artigo. O Dr. Wilson Braga foi Governador da Paraíba. Antes tinha sido parlamentar federal no Distrito Federal. Ele recebeu gleba da antiga Fundação Zoobotânica.

O que um governador, um parlamentar federal tinha que receber um terreno na Fundação Zoobotânica? Depois pessoas que eu conheci, que receberam um pedaço de chão, foram comprando outros. Enquanto estivessem produzindo, tudo bem, mas outros utilizaram como forma de expansão.

Eu me preocupo porque há aqueles que legitimamente habilitaram a terra a chegar no estágio de produção. Quem conhece o cerrado – eu não conheço, não sou agrônomo, rendo-me a quem domina o trato da questão de terra, e aqui deve ter muitos, Ricardo – tem que trabalhar esse solo para deixar em ponto de produzir, Deputada Telma Rufino.

Eu tenho um pedacinho de chão e mal dou conta de plantar qualquer coisa, e não prospera com muita facilidade. Eu não sei ter essa relação de intimidade com a terra para fazer a correção adequada, colocar os fertilizantes necessários, mas esses homens e mulheres sabem. Esses homens e mulheres não passaram por faculdades, mas sabem fazer. Eles sabem fazer.

Eu quero dizer a vocês que, no ano passado, Deputado Ricardo, eu fui tentar plantar umas ramas de mandioca. Está aqui o Ronaldo que estava comigo. Eu vou dizer para vocês: perdi quase tudo! Ou seja, não entendo. Por mais que eu esteja apanhando, não entendo. Pouquíssimas ramas prosperaram, para a raiz se desenvolver e chegar ao estágio de ser utilizada no consumo.

Mas eu quero me colocar à disposição. Não integro a comissão que considero uma das mais importantes desta Casa. Coube ao Deputado Ricardo, da nossa bancada, integrar essa comissão. Eu estou na comissão de finanças, orçamento, tributação etc., mas quero parabenizar os integrantes desta comissão por esse trabalho que está sendo feito, por trazer ao plenário essa discussão que vai trazer para todos nós votarmos com a tranquilidade devida.

Não há o que discutir. Neste momento, a matéria está vencida. Há uma lei federal que os habilita ao processo da regularização fundiária.

Então, Gustavo, eu quero aproveitar esta oportunidade para registrar, no meu modo de entender, qual foi o grande avanço no Governo Rollemberg sobre esse processo da regularização das áreas das entidades sociais e dos templos religiosos.

Nós, até o final do ano passado, estávamos sofrendo para entender os editais de licitação, porque a sanção à lei que possibilitou a modificação no processo licitatório para esse conjunto de imóveis não isentou da necessidade dos editais de licitação, e esses editais estabeleciam precauções, então, corria-se o risco de aquele que administra a área do templo não mais poder administrar. Essa gestão soube

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	24

encontrar a resposta necessária, e esse, para mim, foi o grande ganho. Hoje, há a condição de se fazer essa entrega diretamente ao beneficiário.

Portanto, fazendo essa ilação, Gustavo e Dr. Guilherme, eu acredito que este governo está preparado para avançar nesse processo da regularização, até mesmo porque o histórico do Governador Rollemberg como político da nossa cidade, da nossa região destaca essa bandeira. Portanto, apesar das divergências, como eu já disse anteriormente, esse debate foi vencido, ganhou-se o debate da titulação, portanto da regularização. Nós estamos aqui para dar desdobramentos. Podem contar com o nosso apoio – e nós queremos que as coisas ocorram da forma mais transparente possível.

Quero encerrar aqui trazendo uma questão doméstica, até porque eu frequento muito – o Guilherme sabe disso – os nossos acampamentos e assentamentos. Eu estive, na última sexta-feira, Guilherme, no acampamento Rosa Luxemburgo, que é uma terra da Terracap, bem como no Chico Mendes. Eu estive por mais tempo no acampamento Rosa Luxemburgo. Eu estava no acampamento anterior, o Santarém, que o governo assentou. Conheço também os conflitos lá na região do Trecho III do Sol Nascente. Então, eu pude sentir o quadro de aflição, a insuficiência de água, o quadro de insegurança na região, o problema do transporte daqueles acampados ali, a presença da Agefis e as notificações sucessivas que ela tem feito naquela região.

Eu quero apenas me colocar à disposição, Guilherme, também para ajudar nesse debate. Há outros debates que envolvem a questão da reforma agrária aqui no Distrito Federal, a questão do debate da Toca da Raposa. Acompanhei bem aquele processo. Esse é um acampamento do MST. Portanto, acho que há uma pauta grande. Há os assentamentos que foram feitos no governo anterior ali na região de São Sebastião, que estão um tanto quando judicializados. É uma pauta bastante extensa, que precisa ser aprofundada. E aqui, resgatando a palavra do Edmar, o fórum precisa, de fato, assumir um papel nesse processo. Em todo processo de coletivização do debate sobre a terra, todos ganham, a sociedade é a grande ganhadora.

Vou concluir a minha palavra, não quero ser cansativo. Contem conosco. Estamos aqui para dar a nossa contribuição, Deputada Telma e Deputado Ricardo, para fazer desse projeto um projeto vitorioso para toda a sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Se V.Exa. está com dificuldade de cultivar mandioca, imagine uva, tomate e por aí. Mas não desista, não, Deputado!

Vou passar a palavra agora à Dra. Aline Marques, representante do Movimento de Moradia.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início		Sessão/Reunião			Página	
24 11 2016			15h30min		105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL			25	

SRA. ALINE MARQUES – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Ricardo Vale e na da Deputada Telma Rufino. Eu gostaria de parabenizá-los pela realização desta audiência, dando voz efetivamente a quem, de fato, é o maior interessado nesse PL, que são a sociedade e os movimentos sociais. Cumprimento todos os movimentos sociais aqui presentes, porque são eles... Como diz o Prof. José Geraldo da Silva, não existe direito que não seja pelo direito achado na rua, que não seja pelos movimentos sociais, pela mobilização social e da população. A todos aqui presentes, meus cumprimentos. (Palmas.)

Bom, nós temos um problema de origem no nosso Estado, porque a diversidade da nossa sociedade não foi abordada com o pacto social. Isso ocorreu com as mulheres, isso ocorreu com os negros, com os indígenas, que, só com a Constituição de 88, conseguiram o direito ao voto. E isso acontece com todas as minorias. Então, esse é o problema do nosso pacto social. E por que eu estou dizendo isso? Porque esse diálogo com a sociedade deve ser constante, pois só os movimentos sociais e a sociedade promovem a efetiva justiça social.

Nós recebemos uma notícia hoje muito triste infelizmente. Dia 13 de julho deste ano, foi realizada uma reunião com a ANU – Ação Nacional Unificada, que envolve todos os movimentos do campo e outros, em que o governo se comprometeu a não dar fim à Ouvidoria do Incra. Isso aconteceu hoje, infelizmente a Ouvidoria do Incra não existe mais. Estamos aqui exatamente para reivindicar a volta da Ouvidoria do Incra, no sentido de evitar um derramamento de sangue dos nossos povos. Deputado, a gente já deixa esta pauta para o senhor, para a Deputada também e para todos os Deputados presentes. É um clamor de todos os movimentos sociais que essa Ouvidoria volte.

José de Souza Martins, que é um conhecido sociólogo da USP, diz o seguinte: no Brasil, teceu-se uma cerca em torno da terra que, além das cercas de arame farpado, é muito mais difícil de se romper. É a cerca judicial. Então, é nesse cenário atual que hoje nós convivemos. Uma cerca envolve a terra. É um sistema ainda um pouco medieval, decorrente... Se você vir a primeira legislação de terra que houve no Brasil, ela é de 1695.

Como dizia Foucault também, a terra... Na verdade, Foucault sempre fala das formas de poder, e eu digo que a terra é uma forma de poder. Isso ficou muito claro, inclusive, no Golpe de 64, porque o primeiro ato político do governo golpista naquela época foi o Estatuto da Terra.

Quando a gente fala das lutas dos movimentos sociais, eu gosto sempre de citar o MST, porque, para mim, ele foi o grito de todas lutas pela terra que nós tivemos ao longo de toda a história. Não desmerecendo nenhum movimento, o MST e o Movimento de Luta pela Moradia são movimentos reconhecidos internacionalmente, que merecem todo o respeito dos nossos nobres Deputados e ser ouvidos por eles.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	26

Nós elaboramos um parecer do Fórum do Distrito Federal e Entorno pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Se vocês ainda não receberam, vocês irão receber. É um parecer com 18 páginas em que nós tentamos pontuar o que nós precisamos que seja mudado nesse PL. Nós entendemos que, antes da aprovação desse PL, é necessário que esses pontos sejam discutidos. Nós somos, sim, a favor de uma regularização justa, de uma regularização social, que busca a função social da terra, mas nós precisamos dar ouvidos à sociedade, aos movimentos sociais.

Eu pergunto: por que não houve a preocupação de convidar os movimentos, quem de fato tem interesse nesse PL para nenhuma das dezessete reuniões de elaboração desse PL, para participar dessa construção? A democracia se faz assim, ouvindo a sociedade.

No parecer, nós colocamos a competência do fórum, que é legítima, reconhecida pelo Governador Rollemberg. Então, não há nada que se diga que justifique o fórum não ter sido convidado para esse debate. Nós colocamos a insegurança jurídica, alguns comentários sobre o PL. Aqui eu quero focar no sentido da obrigatoriedade de terras para o PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, porque, tanto no decreto anterior, que é o Decreto nº 34.391, e nas leis anteriores que nós tínhamos, eles tinham essa obrigatoriedade. Por que nesse PL não consta a obrigatoriedade de direcionamento das terras para o Prat, que são as terras de assentamento para os trabalhadores rurais?

Enfim, são vários pontos que nós abordamos aqui. Abordamos também a política de agrotóxicos, muito bem esplanada pela nossa querida Josefa. Vejam só: esse PL coloca como pré-requisito o atendimento a políticas do ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico. Agora, digam-me como, se nós ainda não temos uma regulamentação específica para o ZEE? O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo inteiro. Como é que nós vamos cuidar da nossa sociedade se não combatermos e enfrentarmos esse problema? A Vale do Rio Doce é a empresa que mais consome agrotóxico no Brasil.

Então, como ocorre esse atendimento a políticas de ZEE, se nós ainda não o temos? Nós temos a Lei Orgânica do Distrito Federal, que, em geral, só coloca lá “planejar isso e aquilo, não sei mais o quê”, normas que precisam ser regulamentadas.

Então, antes de enfrentar a aprovação desse PL, é necessário, sim, que possamos enfrentar a questão dos agrotóxicos; é necessário, sim, que possamos trabalhar regionalmente, em cada cidade de Brasília, a sua estrutura local, a necessidade de cada estrutura regional.

A Josefa falou uma coisa interessante. Hoje, o imposto de um agrotóxico é menor do que o de um remédio. É uma coisa meio esquizofrênica, porque você adoece a sociedade e tem um custo altíssimo com a saúde pública.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	27

Colocamos, também, que é de extrema importância – não podemos deixar de falar – o Decreto nº 37.583, muito bem lembrado pelo nosso companheiro Vicente. Vejam só, temos infinitos julgamentos pelo STJ, pelo STF, que não criminalizam a participação em movimentos sociais. Como pode um decreto desses criminalizar a participação das pessoas em movimentos sociais, pelo direito à moradia? Não há justificativa para tamanha aberração em uma legislação. O fórum já pediu a modificação desses dispositivos do decreto em várias oportunidades e até hoje não tivemos nenhum resultado. Então, nós precisamos, sim.

Vejam só: a Sexta Turma do STJ, no julgamento do *habeas corpus* do nosso companheiro Valdir Misnerovicz, disse: "Não se está fazendo nenhuma criminalização do MST, mas apenas julgando se há ou não fundamentos para a prisão preventiva. Participar de movimentos sociais não é crime."

A Deborah Duprat, Procuradora Federal, diz: "A imputação a membros de movimentos sociais de crime por integrarem organização criminosa pelo simples fato de pertencerem ou dirigirem algum movimento constituiria um desvirtuamento e uma falsificação da Lei nº 12.850, de 2013, além de uma afronta ao princípio democrático da livre organização, instrumento indispensável para a garantia dos direitos plenos da democracia".

Enfim, terminamos esse parecer dizendo que sabemos que é necessária uma regulamentação, mas que precisamos que o debate seja ampliado. Precisamos que a sociedade seja ouvida, e não agora, em uma última reunião. São necessários o envolvimento e um diálogo amplo com os ocupantes das áreas atingidas.

Então, já que a Terracap está aqui e disse que se propõe à transparência do processo, queremos saber que áreas serão atingidas com esse PL. Quais são as áreas que esse PL está focando? Nós não sabemos. Se é para focar na transparência do diálogo, precisamos, sim, que essas terras sejam expostas, até mesmo para que as pessoas que estão dentro dessas áreas possam estar cientes do que está acontecendo. Não pode ser algo feito a portas fechadas. Precisamos debater isso com a sociedade.

É necessário que a SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Terracap tornem públicas essas terras. É necessária a observância de dispositivos legais que não foram abordados, e isso nós expomos no relatório. Há também um relatório da Liderança do PT com vários dispositivos que eles apontaram. E são necessárias a elaboração da política de ZEE e a reformulação desse Decreto nº 37.583.

É isso, gente. Obrigada. (Palmas.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Temos aqui mais oito pessoas, lideranças, para falar. Vou chamar quatro, depois passo a palavra para o Secretário e

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		28

a gente encerra com os outros quatro, lembrando que às 19h teremos que desocupar este plenário, porque haverá uma sessão solene aqui. A Assessoria de Plenário está pedindo que encerremos por volta de 18h30min. Acho que vai dar tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Willian Francisco, da Comunidade Sol Nascente.

SR. WILLIAM FRANCISCO – Boa tarde a todos e a todas. De antemão, já vou agradecer o convite da Deputada Telma Rufino de convidar a gente para fazer parte desse debate e dizer que quem não é visto não é lembrado. Cumprimento todos os companheiros da reforma agrária e digo que hoje eu me tenho, como vocês, como parte da reforma agrária.

Vou explicar bem rapidinho um tema. No dia 30 de maio, eu tinha uma chácara no Sol Nascente, no trecho 3, e hoje ela é passado. Lá, eram produzidos 150 frascos de tempero, tínhamos numa faixa de oitenta porcos e várias galinhas. Acho que a reforma agrária é para quem faz a terra produzir. Então, hoje me sinto uma pessoa excluída da reforma agrária. Tivemos o Deputado Wasny de Roure, que nos ajudou muito. Chegamos ao Secretário, que está tentando nos ouvir, para ver o que a gente pode fazer com isso. Mas aqui, Deputada Telma Rufino, peço à senhora que, junto com o Deputado e o Secretário de Agricultura, ajude-nos, pois a gente hoje ocupa uma terra irregular debaixo de uma lona. Temos lá quinze porcos, trinta galinhas e várias coisas que sobraram da nossa casa.

Eu represento o Afrocom, casas de matriz africana, e, para muitos que não entendem, a chácara para nós, da reforma agrária, é uma coisa muito sagrada, porque a gente produz as nossas ervas, a gente cuida dos nossos bichos, para tirar o nosso próprio sustento. Hoje eu posso chegar lá e já não ter mais nada, nem os porcos, porque estamos irregulares.

Quero fazer um apelo ao Secretário José Guilherme. Nesta semana, eu liguei para lá – até esqueci o nome da moça que me atendeu – e me foi dito que havia urgência para a gente sair de onde está, porque as terras já foram passadas para o Projeto Santarém. Mas, quando estivemos lá, ela disse que o Incra não estava cadastrando, porque havia uma ação pública que estava proibindo, e que, assim que fosse liberado isso, seríamos chamados. Ela disse que já foi liberado, chamou o povo do Santarém, não chamou a gente e fechou.

Outra vez, nós, da Comunidade Matriz Africana, nos sentimos largados, abandonados. Não estamos pedindo cesta básica, não estamos pedindo nada. A nossa comunidade se levanta às 6h da manhã, louva o Deus das cachoeiras, louva o Deus das matas e vai trabalhar, vai plantar, para poder se sustentar.

Peço ao seu Secretário, que está presente aqui, que veja com carinho nossa situação, porque eu já tive três infartos, dois por causa disso. Hoje estou aqui no plenário, minha pressão está a 22 por 18 – qualquer um pode medir –, mas estou

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		29

filme. Morrirei por aquilo que tenho consciência de que é o que eu quero como meta.

Então, Deputada Telma Rufino e Deputado Ricardo Vale, peço a ajuda desta Casa, que representa o povo, no Trecho 3, no projeto Santarém. Ali também são muitas pessoas boas. Teve muitos acontecimentos, mas queremos, sim, fazer parte do lugar onde a gente já está. É cercado, produz. Eu já estive conversando com a Deputada Telma Rufino várias vezes sobre isso. Entramos lá não foi como ladrão, tivemos permissão da Administração da Ceilândia, temos documento para isso.

Então, muito obrigado, e conto com a senhora, Deputada Telma Rufino. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Willian Francisco.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano, coordenador do MTD — Movimento dos Trabalhadores por Direitos, por três minutos.

SR. LUCIANO – Boa tarde, companheirada. Na pessoa da Dra. Aline, cumprimento toda a Mesa, os Parlamentares, os Secretários e os integrantes dos movimentos sociais. Eu sou Luciano, membro do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária, e também da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores por Direitos.

Um dos maiores anseios que nos trouxeram aqui hoje, para essa discussão, foi o fato de não termos sido convidados para nenhuma das dezessete reuniões que discutem o Projeto de Lei nº 1.281, de 2016. No meu ver, provavelmente, o fórum deve ter sido tratado como sem-terra, talvez esse tenha sido um dos motivos de não termos sido convidados.

E é com essa preocupação dos que ainda não têm a terra que estamos aqui hoje, propondo instrumentos legais para que os pequenos agricultores rurais possam ter o acesso à terra. Esse PL trata da regularização rural de todo o Distrito Federal e não somente de uma fazenda, de uma gleba, ou de qualquer outro pedacinho de terra, e o pior: sem a ampla consulta com todos os segmentos da sociedade.

O PL ainda fala que o Governo do Distrito Federal pode receber da União terras já regularizadas e colocar 60% delas a venda direta. No nosso ver, é um perigo enorme, até para a entrada do capital exterior dentro de Brasília, tirando cada vez mais o sonho dos pequenos produtores rurais.

Eu, como membro da executiva do fórum, venho propor que seja aberto um diálogo com todos os segmentos da sociedade através de uma ampla conferência distrital da terra. No meu ver, o Distrito Federal nunca teve essa ferramenta que unisse todos os segmentos para discutir de fato todo item que trata sobre a terra. E, dentro dessas conferências, poderíamos discutir os temas relacionados à regularização fundiária. Inclusive, uma possível reformulação do PDOT. Eu tenho até dó da Dra. Aline, quando a vejo defendendo uma ação do Sol Nascente, do Pôr do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	30

Sol ou de onde for, de famílias que ocuparam terras rurais onde hoje se formou uma comunidade urbana. O que se vai fazer com esse povo? Por que não se troca logo a destinação dessa terra e se regulariza?

Então, no meu ver, há uma necessidade real dessa abertura do PDOT, além da necessidade de se chamar a sociedade para discutir a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que, no meu ver, está acontecendo de forma direcionada, inclusive, a poligonal, que é um dos maiores anseios também que os que lutam pela reforma agrária têm. E mais: que de dentro dessa conferência distrital da terra se possa tirar o plano distrital de reforma agrária. No nosso ver, constrói-se esse plano distrital de reforma agrária, e, dentro dele, podemos colocar o PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, que, no nosso ver também, não tem esse efetivo todo, não tem essa força toda. Dentro dele, poderemos discutir o decreto e o edital de seleção das famílias que irão adquirir as terras rurais do Distrito Federal. (Palmas.)

O mais importante na construção desse plano é que, dentro dele, teremos as garantias das terras destinadas para reforma agrária, sem correr o risco de serem invadidas por grileiros ou serem vendidas a preço de banana para o agronegócio ou para os grandes latifúndios.

Essa era a minha contribuição. Obrigado.

Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

Chamo para fazer uso da palavra o Sr. Elias Simão, Presidente da UNAR – Associações Rurais. Em seguida, a gente passará a palavra para o Secretário de Agricultura.

SR. ELIAS SIMÃO – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o Deputado Ricardo Vale e a Deputada Telma Rufino. Eu vi aqui as pessoas falando que chegaram em 1970. Eu nasci em 16 de outubro de 1958 e cheguei a Brasília em 20 de dezembro de 1958.

Eu vim falar aqui dos rurais remanescentes, porque ninguém falou. O que são os rurais remanescentes? O Córrego do Atoleiro ficava a sete quilômetros de Planaltina. Hoje, os produtores rurais – que não sabem assinar os nomes – são verdadeiros doutores, mas estão sendo invadidos, devido ao problema imobiliário de Brasília. A Vila Cauhy, que era de produtores rurais, hoje tem 3 mil pessoas. Isso está acontecendo conosco. Quando saímos das nossas casas, nossos pais, nossos irmãos, nossas esposas, nossos filhos ficam fiscalizando para que elas não sejam derrubadas.

Mas eu gostaria de agradecer, sim, o Governador Rodrigo Rollemberg, porque hoje se está visitando os rurais remanescentes. O único Secretário de Agricultura que visitou os rurais remanescentes até hoje se chama Secretário de

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início		Sessão/Reunião			Página	
24 11 2016			15h30min		105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL			31	

Agricultura José Guilherme. Eu não tenho emprego no governo, eu não sou afiliado a partido nenhum, eu não tenho ideologismo, mas quem está visitando Córrego do Atoleiro, o Córrego do Arrozal e a Vargem Bonita é ele, comunidades de 4 hectares. Quem está visitando a região do Riacho Fundo é ele. Secretário, nós acreditamos.

Não podemos misturar uma coisa com outra, porque é completamente diferente. Você chega em Rio Preto, PAD/DF, Taquara, porque foi convidado, e eu fui convidado. Meus pais chegaram em 1958 e ganharam a terra, mas não temos a titulação. Eu acredito muito no Secretário de Agricultura, acredito muito na Câmara Legislativa. Fazem uma crítica muito grande à Câmara Legislativa, mas, antes dela, apareceu um senhor aqui chamado José Aparecido – quem se lembra dele? – que deu 150 mil despejos; e o Carlos Magalhães atrás só incentivando. “Retorno com dignidade”. Quem se lembra dessa expressão? Voltava todo mundo para suas terras. Depois da Câmara Legislativa, acabou isso.

Eu gostaria, sim, Deputada Telma Rufino, completamente diferente, de dizer o que é um produtor rural, o que é um rural remanescente. Deputado Ricardo Vale, tenho muito respeito pelo senhor, não só pelo senhor, mas por qualquer Deputado, vejo muita crítica, mas é importantíssima a Câmara Legislativa. É muito importante. Eu gostaria de agradecer, sim. O Governador não construiu estádio de 6 bilhões, não. Ninguém defendeu igual a mim que não era para construir estádio de 6 bilhões. Eu defendi, sim, que se trabalhasse com os produtores rurais.

Hoje, estão marginalizados os caras do PAD/DF, de Taquara. O que é isso, meu irmão? Sou Elias Simão. Porque eu terminei o segundo grau e meus filhos terminaram curso superior, não podemos ficar na terra? Eu produzo cem caixas de alface por semana e entrego para o PAPA – Programa de Aquisição da Produção da Agricultura, do governo – que por sinal está até me devendo, mas vai me pagar. (Palmas.)

Estão me entendendo? Isso é verdade. Nós temos, sim, de ter cuidado nesse fórum. Ninguém jamais me chamou para discutir transporte urbano, porque eu sou da área rural. Ninguém me chamou. Na hora de discutir a área rural, querem botar duzentas comunidades que não sabem o que é uma bola de melancia. Nós não aceitamos isso, não.

Era isso. Eu sou da Unar. Há 26 associações filiadas a nós: Córrego do Atoleiro, Córrego do Arrozal, Bica do DER. Esses caras são humilhados. Só não são mais, graças ao senhor, Secretário, que está nos visitando. O único Secretário que nos visitou foi só o senhor até agora. Agradeço muito. Não se pode misturar uma coisa com outra, não.

Sou Elias Simão e estou à disposição para qualquer coisa.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Elias.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	32

Vou passar a palavra agora para o Secretário de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Sr. José Guilherme Leal.

SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Boa noite a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa desta audiência, deste debate importantíssimo que está sendo promovido, juntamente com a Deputada Telma Rufino, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários.

Cumprimento também o Deputado Wasny de Roure, que esteve aqui presente e fez uso da palavra; o Deputado Chico Leite, que passou por aqui; o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Prof. Israel. O Parlamento está envolvido fortemente nessa discussão. Cumprimento também a representação dos movimentos sindicais, na pessoa do Chiquinho e dos movimentos sociais. Temos aqui representantes do MLT, do MST, do MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados, dos movimentos sindicais FETADFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno, Contag, e FETRAF/DFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno.

Cumprimento ainda a representação dos produtores rurais do Distrito Federal, o Fernando, Vice-Presidente da FAPE – Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; o sindicato rural; as cooperativas presentes.

Estamos aqui, Deputado Ricardo Vale, com toda a equipe da Secretaria da Agricultura que cuida desse tema da regularização fundiária – o Dilson, Subsecretário de Regularização e Fiscalização Fundiária, que está ali; e o Hector, Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

Também cumprimento os seguintes companheiros de governo: Gustavo, da Terracap, que é uma grande parceira nesse processo; Barreto, do Ibram; Parente, da Associação Brasileira de Reforma Agrária; Dra. Aline Marques; Sepeda, do Incra, instituto com o qual nós temos parcerias muito importantes no Distrito Federal. Ajudamos e trabalhamos em parceria com o Incra, para a implantação dos assentamentos em terras da União, assim como o Incra nos ajuda na alocação das políticas públicas dos assentamentos criados no Distrito Federal.

Esse tema já foi abordado aqui, mas eu queria fazer algumas menções sobre a importância do projeto de lei. Nós estamos falando de regularização fundiária, procurando trazer uma justiça histórica a quem esteve aqui, está aqui e veio para Brasília para fazer a produção e o desenvolvimento rural. Nós não podemos achar que estamos falando só de grandes produtores, não. Nós temos grandes produtores? Uma parcela pequena. Temos médios produtores? Um extrato importante. Mas temos muitos agricultores familiares que dependem também desse PL. Muitos pequenos agricultores que dependem do processo de regularização para terem uma segurança em continuar desenvolvendo as suas atividades, evoluindo, gerando renda e cumprindo a função social.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	33

É importante que a gente avance na regularização fundiária para não ficar toda semana, Elias, tendo que ver com a Terracap – e a Terracap com a gente – a tentativa de fazer a suspensão de integração de posse de famílias que estão lá há vinte, trinta anos. Isso é uma injustiça. Hoje a Terracap tem uma postura diferente, mas, no passado, foram impetradas várias ações. Várias famílias estão dependendo de que a gente avance na regularização para que ocorra a suspensão dessas ações.

Lembro que nós não estamos aqui em nenhum vácuo legal. Existe hoje a Lei nº 12.024, de 2009, e a Lei Distrital nº 2.689, de 2001. O que o PL nº 1.281, de 2016, está fazendo é uma organização, procurando trazer melhorias para o processo de regularização em termos de agilidade, dando transparência em alguns pontos.

Essas leis foram criadas em momentos diferentes. Quando a Lei nº 2.689 foi criada, existiam os contratos válidos, e ela faz menção várias vezes a esses contratos, que foram depois, não por iniciativa de nenhum governo, mas por uma ação judicial, tornados inválidos.

Deputado Lira, agradeço a sua presença e o cumprimento.

Nós estamos trazendo aqui no PL um processo de organização dessa questão da regularização fundiária, tentando cumprir alguns vácuos ou necessidades que não o exercício da regularização que hoje existe. A gente pode colocar que ela ganhou velocidade no governo anterior, principalmente a partir de 2011. Se não houvesse a iniciativa do governo anterior, Deputado Ricardo Vale, talvez nós não tivéssemos os elementos para construir uma proposta de legislação para o aperfeiçoamento. Então, o que a gente entende é que o PL é importante para todo o setor rural e que, com a discussão, logicamente – e aqui entra a função da Câmara –, ele pode e deve ser aperfeiçoado.

Nós procuramos ouvir vários segmentos, sim. Já estivemos aqui, até, em função da reunião anterior. Já recebi, a seu pedido e por articulação do seu gabinete, a representação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Já nos colocamos à disposição para discutir. Fizemos um primeiro debate de esclarecimento, e não existe porta fechada para a discussão. Mesmo porque, se houvesse no governo, eu tenho certeza de que a Câmara, que está hoje com a responsabilidade de debater, não iria fechar a porta. Então, é importante que a gente trabalhe dentro dessa parceria, não é, Gustavo?

Eu queria colocar algumas questões que foram abordadas aqui. Eu já falei da importância histórica e do fato de a gente poder dar andamento à regularização, porque é na regularização que nós vamos ter evidenciadas, inclusive, como foi colocado pelo Edmar, quais são as áreas que não são passíveis de regularização e que podem, sim, ser destinadas ao PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – e que devem ser destinadas ao PRAT. Isso está previsto no PL.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	34

Se nós precisamos melhorar a redação, nós estamos dispostos a trabalhar nessa construção conjunta para melhorá-la, mas isso já está previsto no PL, assim como está previsto, Parente, trazer para cá – pode olhar no PL, que está previsto – o crédito fundiário, que não existe em Brasília. Isso já está em andamento, e vamos lançar, possivelmente ainda este ano, a parceira com o Governo Federal para a implantação do crédito fundiário no DF e no Entorno. É importante haver a previsão disso no PL, como está colocado aqui, para que a gente tenha uma outra política que existe em vários estados do Brasil – não é, Sepeda? – e que não há aqui, que é o crédito fundiário – outra forma de acesso à terra.

Quanto à abrangência do PL, está claro ali que são as terras do Distrito Federal e as terras rurais da Terracap para efeito de regularização. E há um avanço – quero deixar claro aqui –, que é o que o Elias chamou aqui de remanescentes rurais. São as áreas com características rurais dentro da macrozona urbana, um procedimento específico. Além disso, há um comando no PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial para que a gente possa avançar também dentro dessas áreas, que ficam realmente muito pressionadas pela especulação urbana, pelo parcelamento. São famílias que mantiveram essas áreas intactas cumprindo uma função muito importante para Brasília, e é necessário que a gente dê a elas um tratamento direcionado, especial. A previsão disso no PL vai facilitar o procedimento de regularização também das áreas remanescentes.

Quanto à questão da participação, de que eu já falei, eu queria aqui – não sei se o Vicente ainda está aí, – fazer, na minha opinião, uma correção. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável tem representação, sim, dos produtores. Nós temos conselheiros regionais que são, inclusive, oriundos de assentamentos de reforma agrária e de acampamentos. Há representação da Fetraf, que tem assento no conselho. Então, como é que não os represento? Como é que eu não os represento? Substitui a representação no fórum? Não. Não estou falando isso, mas existe a representação, sim, e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável representa os produtores. Nós temos que fazer justiça nessa questão.

Um outro ponto aqui que gerou polêmica foi a previsão da possibilidade de receber as áreas da União para regularização. Isso, de forma alguma, traz a possibilidade de venda dessas áreas indiscriminadamente. Ele está falando na mesma regra de ocupação. Isso só vai ser possível, se houver uma parceria com a União, se a União entender que deve fazer alguma transferência de área para o DF, assim como o DF faz, de acordo com os interesses da implantação das políticas, transferência de áreas para a União. Esse é um procedimento normal. A gente coloca essa previsão para também ter mais uma possibilidade de regularização fundiária.

Eu queria deixar claro que nós estamos falando de um processo de regularização fundiária. Nós temos outra legislação específica para a criação dos assentamentos que continua.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	35

Deputado Ricardo Vale, o Deputado Wasny de Roure falou do Assentamento Santarém. Nós vamos entregar os primeiros contratos de assentamento pelo PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, ainda este ano, para o Assentamento Santarém. Nós vamos implantar o primeiro contrato ainda este ano.

Muitas vezes, pela falta da continuidade da política de assentamento que ocorreu em governos anteriores, por troca de comando, ou de governo, ou de linha política, é que hoje vários assentamentos têm que recorrer, agora, à regularização fundiária. A Fazenda Larga, o Assentamento Três Conquistas e outros que foram criados e não foram levados até o fim dentro do processo legal – hoje os produtores que estão lá, que foram assentados – precisam recorrer à regularização fundiária para ter a sua condição.

Então, nós defendemos o andamento do PL. Entendemos, sim, e essa é a função do Parlamento, que é necessário esse debate. No debate, aqui, tanto hoje como na reunião anterior, com área técnica da CAF, Deputada Telma Rufino, já foram identificados, como os próprios movimentos sociais, pontos de melhoria do PL, mais a gente entende que essa discussão deva avançar e que nós devemos levar para uma aprovação do PL depois de tratadas todas essas questões.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado José Guilherme.

Concedo a palavra ao Sr. Giovane Miller, Presidente do Sindicato Rural.

SR. GIOVANE MILLER – Sr. Presidente, Deputado Ricardo Vale, Deputada Telma Rufino e demais componentes da Mesa, eu não posso deixar de lembrar aqui as palavras dos Deputados Agaciel Maia e Wasny de Roure, quando afirmam que o que se busca aqui, como disse o nosso Secretário de Agricultura, não é uma nova reforma agrária.

A reforma agrária do Distrito Federal foi feita lá na década de 60, 70. E aqueles produtores que lá em cima estão, são de homens de sucesso que trabalharam, que vieram aqui como acampados, que ficaram três, quatro anos, debaixo de lonas, como alguns de vocês aqui, e lá estão até hoje, ficaram também. Só que venceram na vida. E são esses que estão aqui para serem regularizados. É uma situação fática. É como um casamento de fato. A mulher tem o direito, não tem documento, mas tem o direito. Esses homens têm, nós temos. É só isso que se busca, todo mundo aqui tem direito. Tem o direito de lutar pela sua terra.

Graças a Deus, nós somos homens de negócio e somos vitoriosos. Não temos vergonha de sermos grandes proprietários. Muito pelo contrário, temos orgulho disso. E esperamos que todo mundo aqui dentro, um dia, consiga a sua terra e consiga sair vitorioso.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado Sr. Giovane Miller.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		36

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Valdir Calisto. Presidente da Aloterra.

SR. VALDIR CALISTO – Boa noite a todos.

Deputado Ricardo Vale, quero agradecer a oportunidade da audiência, Deputada Telma Rufino, nossa Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, tenho a alegria de ver a senhora recuperada da saúde.

Eu sou um assentado no Distrito Federal desde 1957. A terra veio com meu pai, passou para mim, e estamos lá até hoje, sempre sendo enganados com essa regularização fundiária. Eu acompanho essa regularização fundiária desde 2009, quando ela iniciou.

Ela sempre foi comandada pelo hoje Governador Rollemberg. Na época, ele era Deputado Federal. O Deputado Joe Valle comandava essa regularização fundiária, Dr. Renato Simplicio era o Presidente da Federação de Agricultura. E esses três até hoje não fizeram nada para resolver a questão. (Palmas.)

Tudo o que está escrito ali está feito de forma a favorecer a Terracap, não o produtor rural, não o posseiro. (Palmas.)

Então, eu quero sugerir a vocês que não se deixem enganar como nós fomos enganados, lá em 1957, com contrato precário. O que é contrato precário? Contrato de CDU – Cessão de Direito de Uso. Não aceitem contrato de uso oneroso. Ou CDRU – Concessão de Direito Real de Uso; que é direito real, quer dizer, é propriedade da Terracap, é escritura pública; ou alienação com escritura. Não aceitem CDU, que vocês vão ser enganados durante 58 anos, como nós fomos.

O que nós estamos propondo a essa proposta de regulamentação – que aqui muito pouco se tratou, não vi nenhuma sugestão para esse projeto – é reconhecimento de posse, legitimação de posse. Aqueles que já foram assentados pelo Estado – nossos contratos estão lá arquivados na Secretaria de Agricultura. Apesar de o Secretário dizer que eles não valem nada, eles continuam lá arquivados, ninguém botou fogo neles – que tenham a posse reconhecida, independente da terra ser pública ou privada. A posse em terra pública é possível sim, o que não é possível em terra pública é usucapião, mas a posse em terra pública é possível.

Então, o nosso caminho é pela posse. Onde houver a possibilidade de venda, que a gente troque no decreto a expressão “poderá”, que a Terracap colocou, para “deverá” vender as terras.

É isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Seu Valdir.

Quero registrar a presença do Deputado Lira, que também é membro da CAF e também nos ajudou a realizar esta comissão geral aqui, hoje. Uma pessoa muito sensível também com essa questão das terras rurais aqui do Distrito Federal, muito

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		37

sensível com os movimentos sociais. Então, se quiser fazer uso da palavra, Deputado, fique à vontade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Artur Starling, Advogado da Associação dos Chacareiros do Setor de Mansões do Park Way.

SR. ARTUR STARLING – Boa tarde, Deputada, Deputado, membros da Mesa, demais presentes. Eu represento a Associação dos Chacareiros do Park Way, composta basicamente por pequenos produtores rurais, pessoas simples, humildes, que estão na terra e, como o Calisto já falou, desde a década de 50. Eles ocupam essas terras produzindo junto com o pessoal da Vargem Bonita. São um dos maiores produtores de hortaliças aqui do DF que abastece todo o Distrito Federal. Trabalham muito bem a terra e até hoje não conseguiram a sua regularização.

Eu estou com eles somente há poucos anos, três, quatro anos e a gente sempre encontra muita dificuldade dos órgãos do governo, em especial da Terracap que foi sempre uma instituição que cria barreiras. Mas nos últimos três anos, junto com a Deputada Celina Leão, conseguimos abrir algumas portas na Terracap, na Secretaria de Agricultura, na Procuradoria DF, na Segeth, e vínhamos conseguindo enormes avanços. Inclusive barramos diversas ações de reintegração de posse, de derrubadas, num trabalho junto com o Ministério Público.

Nós fomos surpreendidos com a aprovação desse PL, apesar de estarmos todos os meses na Secretaria de Agricultura ou até na Terracap, nunca nos foi informado a existência de um grupo de trabalho a respeito desse PL. Nós não tivemos participação neste projeto, e era do nosso interesse participar dele. Mas hoje nós pedimos porque, do jeito que se encontra...

Tivemos o cuidado de analisar esse projeto. Hoje ele não nos representa satisfatoriamente. Ele tem falhas, em especial ao diferenciar as glebas urbanas com características rurais, que são aquelas onde nos encontramos, que estão pressionadas por condomínios de luxo dentro do Park Way, além da questão da precificação da terra, porque a Terracap, pelo projeto de lei, vai colocar o preço da terra ao preço de custo.

Isso é inaceitável, inclusive viola o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial – e viola a Lei nº 12.024, literalmente. Isso, para nós, impossibilita qualquer tipo de regularização. Outra coisa: dentro desse projeto de lei, nós não temos a opção de compra como as demais áreas rurais têm. Está havendo uma discriminação, uma separação entre a gleba urbana com característica rural e a terra rural. E não há essa diferenciação. Nós também temos que ter o direito de adquirir a terra com o preço da terra nua do Incra, e não o preço da Terracap. Então, um dos grandes pleitos nossos é esse.

Existem outras demandas, mas, junto com a Deputada Celina Leão e com o Deputado Wellington Luiz, estamos batalhando por algumas emendas e esperamos

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		38

que esta Casa tenha sensibilidade em atender ao pleito desses pequenos agricultores, não só desses, mas como de todos os que vieram aqui participar, trazendo o debate a esta Casa, porque acredito que nós não fomos adequadamente ouvidos nesse grupo de trabalho. Até onde eu conversei com os colegas que estiveram presentes nesse grupo de trabalho, nas dezessete reuniões para a elaboração do projeto de lei, os pleitos ou não foram atendidos ou foram muito pouco atendidos.

Então, esse é o momento de fazermos um debate sério aqui e trazermos de verdade nossos pleitos. Existem muitos outros, mas o tempo é curto. Principalmente, era isso que eu gostaria de expor.

Agradeço a atenção de todos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

Gostaria de chamar a Sra. representante da Associação dos Produtores Rurais do Altiplano Leste, Terezilda Ribeiro. Três minutos.

SRA. TEREZILDA RIBEIRO – Cumprimento os Deputados presentes, o Secretário de Agricultura e os representantes das diversas entidades. Eu faço parte da Associação dos Produtores do Altiplano Leste Brasília, que a maioria não sabe onde fica, mas ele fica no final do Lago Sul, é uma área rural que nós lutamos muito para manter rural.

Eu compreendo a luta de todos em ter uma terra para plantar, mas acho que uma das funções da área rural é também preservar o meio ambiente, e isso nós fazemos com muita força no Altiplano Leste. Nós protegemos as nossas nascentes, protegemos a fauna, a flora, além de termos uma pequena produção, porque são chácaras pequenas, de dois hectares, pelo menos. Isto era uma coisa que eu queria lembrar: a função da área rural não é só produzir, é principalmente produzir, mas é também zelar pelo meio ambiente. Cuidamos na época da seca, dos incêndios, temos todo esse cuidado com o meio ambiente.

Outro ponto que gostaria de lembrar, e não sei se isto vai agradar à maioria: nesse projeto de lei deveria haver um controle dessas terras regularizadas para evitarmos o parcelamento rural, o parcelamento de terras para a especulação imobiliária. Isso é um risco para todo o Distrito Federal, e nós sabemos como é terrível o problema dos grileiros, da especulação imobiliária.

Era só isso. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sra. Terezilda.

Concedo a palavra ao Deputado Lira, que é membro da Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO LIRA – Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente, Senhor Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	39

Parlamentar desta Casa de Leis, Deputado Ricardo Vale, que preside esta comissão geral; Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa de Leis, Deputada Telma Rufino; Senhor Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF, José Guilherme Leal; Senhor Gustavo Dias Henrique, Diretor de Habitação da Terracap e responsável pela Diretoria Rural; Senhor Superintendente de Licenciamento Ambiental do Ibram-DF, Antônio Queiroz Barreto; Senhor Chefe da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, José Raimundo Sepeda da Silva; Senhor Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária, José Parente; Senhor Francisco Miguel Lucena, representante do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária; e também Dra. Aline Marques, representante do Movimento de Moradia; o motivo pelo qual eu descí para prestigiar todos vocês e esta comissão geral, de iniciativa do Deputado Ricardo Vale e da Deputada Telma Rufino, é de meu total interesse regularizar as terras rurais do DF como um todo, na condição de membro da Comissão de Assuntos Fundiários.

Aqui eu cito o exemplo de São Sebastião, onde moro, onde há alguns assentamentos e também algumas outras áreas rurais que também precisam ser regularizadas. A exemplo de São Sebastião, assim é em todo o DF. Mas uma coisa eu quero deixar bem clara: ao mesmo tempo em que eu sou a favor da regularização fundiária, eu sou contra o chacareiro que, após ter recebido a sua chácara legalmente da Secretaria de Agricultura, parcela o solo. Esse "chacareiro", entre aspas, na verdade, deixa de ser chacareiro para ser grileiro. Então nesse caso aí é importante separar o joio do trigo. (Palmas.)

Aqui peço ao Sr. Guilherme, Secretário da Agricultura, maior rigor na fiscalização das terras rurais, das chácaras que foram entregues por parte da Secretaria, para que não haja esse tipo de coisa, e também para impedir o aliciamento de grileiros em cima dos chacareiros.

O que acontece hoje? O chacareiro recebe a terra do governo, mas não tem o incentivo necessário para produzir a terra, para poder viver da terra. Com isso, chegam aqueles caras endinheirados, oferecem recursos, dinheiro que às vezes o Estado não está repassando para o agricultor, e ele, às vezes sem opção, acaba se desfazendo daquele bem precioso, vendendo a terra para aquela pessoa que compra com intenção de parcelar o solo. Isso também é outra coisa errada que precisa ser fiscalizada e combatida ao mesmo tempo.

Da mesma forma que defendo as áreas rurais, eu defendo também a criação do cinturão verde do Distrito Federal para separar a área urbana da área rural, porque as áreas urbanas estão adentrando as áreas rurais e prejudicando os próprios chacareiros, prejudicando quem realmente quer produzir e viver da terra. Então é necessário que haja esse controle por parte do Estado.

Aqui quero citar um exemplo de uma pessoa que produz também. A Chácara Santarém, lá na Ceilândia, onde há um templo de matriz africana, que há mais de quinze anos produz lá agricultura, cria animais e que também precisa ser

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	40

regularizada. Assim como essa Chácara Santarém são todas as chácaras do DF. Os senhores precisam ter as terras regularizadas, para que a terra possa estar em nome dos senhores e das senhoras chacareiros e chacareiras como um todo. Não faz sentido morar em uma terra, ter a terra, e, ao mesmo tempo, não poder dizer que ela é sua de fato e de direito. Por isso eu defendo veementemente a regularização. Podem ter certeza, vocês têm em mim o apoio necessário para que essas terras possam ser regularizadas.

Ao mesmo tempo, aqui eu defendo que o Estado destine linhas de crédito especiais para quem quer produzir – ou seja, para a agricultura familiar –, para que possam realmente ter o incentivo para viver da terra. Do contrário, esses pequenos agricultores serão expulsos das suas propriedades para viverem na área urbana, fazendo coisas que eles não sabem fazer. O que eles sabem fazer é plantar, criar galinha, porco, pequenos animais. Se forem colocados na cidade, eles se perdem.

Por isso, pessoas que têm vontade de produzir, que abastecem nossas mesas com suas hortaliças e seus produtos, devem ser valorizadas. As terras do Distrito Federal, que já são escassas pelo uso irregular da terra, estão diminuindo cada vez mais. Daqui a algum tempo o Distrito Federal vai deixar de produzir hortaliças, legumes, e vai passar a importar 100% de tudo que nós consumimos na mesa de casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos vocês. Deus os abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Lira.

Tenho aqui mais duas pessoas inscritas, que reivindicaram o uso da palavra. Parece que realmente houve uma falha por parte da nossa assessoria.

Concedo a palavra ao Sr. José Roberto Furkim, Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em seguida falará o Sr. Tatiano Tavares, da coordenação do Movimento de Luta pela Terra.

SR. JOSÉ ROBERTO FURKIM – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Ricardo Vale e da Deputada Telma Rufino, do Secretário de Agricultura José Guilherme Leal, eu cumprimento a Mesa e a todos demais os presentes.

Eu quero falar em nome do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável, uma estrutura que emana da Secretaria de Agricultura e é uma representação legítima dos pequenos produtores da agricultura familiar, dos ocupantes das áreas próximas às áreas urbanas, que sofrem uma pressão imensa devido ao avanço do desenvolvimento urbano do Distrito Federal.

Uma questão eu considero de suma importância. Como representante desses conselhos no grupo de trabalho que fui convidado para representar, quero dizer que houve ampla participação de membros da sociedade civil, que puderam bem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	41

representar as comunidades. Não é verdade a queixa de muitos que disseram aqui que não tinham voz nem estavam sendo representados. Na realidade, falta a esses que sempre se queixam a busca da participação contínua e o trabalho nesse tipo de situação.

Eu estive presente. As comunidades que represento mais diretamente na região em que moro, eu as convoquei inúmeras vezes. Sei que muitas pessoas que estavam representando essas comunidades também as convocaram. Os sindicatos ligados à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF têm ligação, sim, com muitos representados que aqui estavam se queixando. Eles deveriam convocar para ter participação, certo?

Os assentados têm representação junto aos conselhos de desenvolvimento rural sustentável, sim. Eles deveriam estar representando e deveriam ouvir as suas bases. Não é verdade que o grupo que trabalhou neste PL não tenha tido uma boa representatividade. A sociedade civil estava muito bem representada, sim. Não podemos continuar nos queixando eternamente por não termos representatividade, buscando o retardamento do processo de regularização. Essa é uma questão que temos de entender muito mais significativamente. Certo?

Nós temos problemas muito sérios no processo de retardamento, que vem se mantendo e há muito tempo favorecendo a grilagem, o parcelamento do solo e a descaracterização da produção. Não podemos mais admitir essa situação. Esse papo das pessoas: “ah, não representa!” Representa, sim. Mas a representação é contínua, é direta e tem de ser buscada dia a dia.

Esse grupo de trabalho foi do mês de janeiro ao mês de junho, e era sabido de muita gente que não procurou dar representação. Por que não estavam lá presentes? Esse foi um trabalho muito sério. Foi um trabalho em que a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil esteve presente, defendendo toda a comunidade. A ALOTERRA – Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do Distrito Federal, que é um organismo representativo dos grandes produtores, estava lá presente, e foi consenso. Os movimentos sociais que são representados pelos conselhos regionais de desenvolvimento rural sustentável estavam lá, estavam lá.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Vamos respeitar a fala, por favor. Pessoal, por favor.

(Apupos na galeria.)

SR. JOSÉ ROBERTO FURKIM – Não adianta me vaiarem, certo?

(Apupos nas galerias.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Por favor, vamos respeitar a fala.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL
				42

SR. JOSÉ ROBERTO FURKIM – Não, não, não. Eu não sou mentiroso, não. Vocês é que não querem ouvir. A representação social se faz continuamente. Eu estive lá, representei o pequeno produtor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Vamos respeitar a fala, gente.

SR. JOSÉ ROBERTO FURKIM – Os conselhos regionais de desenvolvimento rural sustentável representam muitos assentamentos, sim. Os novos assentamentos que estão chegando a cada dia, querendo espaço a cada momento, precisam ser vistos, porque desses também emana o fracionamento da terra. Pessoas que receberam terra em assentamentos têm fracionado o terreno, e isso é prejudicial.

Nós temos agora uma situação fática que tem que ser respeitada e tem que ser muito bem tratada. Acelerar o processo de regularização fundiária tem a ver com a questão hídrica do Distrito Federal. Ao manter a irregularidade do solo, não haverá controle sobre a questão hídrica. Não havendo controle sobre a questão hídrica, não haverá produtividade. Nós temos que entender isso.

Eu acho que precisamos, e podemos sim fazer a revisão no texto. Não é um texto absoluto, mas negar a qualidade dele, negar uma boa participação, isso, não. Retardar o processo pode significar apenas o retardamento da possibilidade que, neste governo e neste momento, nós estamos tendo para poder regularizar.

Era isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Tatiano Tavares, da coordenação do MLT – Movimento de Luta pela Terra.

SR. TATIANO TAVARES – Senhoras e senhores, boa noite. Primeiro eu quero agradecer o espaço construído nesta Casa pela Deputada Telma Rufino e pelo Deputado Ricardo Vale. De fato, esse assunto é tendencioso e faccionista.

Eu acho que a postura do plenário, facciosa como ela, só atende a um grupo que impediu o processo de regularização fundiária no Distrito Federal durante esses últimos cinquenta anos. De tempo em tempo, o Estado é tomado por um grupo que resolve criar moda, mas ele não dá segurança nenhuma para quem é produtor neste Estado.

Eu sou extensionista, já elaborei mais de 365 PRONAFs – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, 5 PDAs – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, entendo muito bem essa discussão e não caio nesses guetos construídos por grupos de interesses escusos.

Companheirada, quero dizer para todo mundo aqui que não sou tolo nem medíocre. Tenho o princípio de defender, sim, quem foi retirado de outras regiões do País com a promessa de que aqui teria terra para produzir. Temos, sim, que reconhecer os esforços de quem trabalhou em cima dessa terra, porém todo mundo que trabalha na terra também está sujeito a ação de especuladores. É sobre essa

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		43

ação negligente e tendenciosa que a gente queria chamar os demais aqui para observar.

Tranquilo! Houve, sim, ampla participação. Por mais que a gente reclame aqui, teve uma participação imensa na composição, na construção do alinhamento e das letras de cada linha do projeto de lei. Só que coloquem aqui, coloquem aqui em cima desta Mesa uma segurança mínima de que os produtores que ajudaram a construir esse projeto de lei de fato terão as suas terras regularizadas! Coloca aqui em cima! Coloca aqui em cima! Esse é um desafio!

Estão convidando os produtores daqui a navegar em mar escuro. É isso o que estão fazendo! O projeto de lei não é nada mais do que uma caixa-preta sem direção, sem controle! Antes de assumirmos às cegas essa história de regularização total, seria seguro que os produtores puxassem daqui conferência dentro das suas cidades e que lá eles tivessem a segurança de construir uma lista de quem é que vai ser regularizado! Não há garantia nenhuma! Estão sendo convidados para pular dentro de um poço. É isso o que está acontecendo neste momento. Essa segurança às cegas não pode ser dada nem à Terracap. O que vai acontecer é que a Agefis vai visitar a casa de vocês! Contra o trator da D. Bruna não há lei, não há acordo! Não há acordo! (Palmas.) Nem esta Casa, nem esta Casa conseguiu fazer o controle que deveria ter feito sobre essa ação hedionda tocada pela Agefis e, principalmente, pela Terracap!

Hoje nós estamos caindo na armadilha, estamos sendo usados por grupos de interesse! E aí, eu falo aqui aos senhores agricultores, aos produtores da região do PAD/DF: trabalhem com sua segurança, dê segurança, assim como os produtores da região da Taquara, assim como quem estiver no Monjolo, lá na região do Gama, antes de dar essa carta em branco para que a Secretaria regularize quem quer e faça como o governo anterior, que deu título só para quem eles queriam! Não vamos dar isso a eles! É obrigação desta Casa botar controle e freio nessa ação danosa sobre quem produz. Eles estão botando uma corda em quem produz! O caminho não é esse! É obrigação da Câmara botar controle nessa situação! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Tatiano.

Pessoal, nós, evidentemente, anotamos aqui uma série de encaminhamentos propostos pela plenária.

Fica aqui o compromisso desta Casa, Secretário, com V.Exa., com os produtores rurais, com os trabalhadores rurais aqui, com o pessoal dos assentamentos. Em hipótese alguma, é intenção desta Casa protelar, ou melhor, atrapalhar ou inviabilizar o andamento desse PL. Longe disso. Agora, nós temos, evidentemente, que debatê-lo. Esse é o papel da Casa. A Casa está cumprindo o papel dela. Vocês sabem disso. V.Exa. sabe disso. Nós temos que fazer esse debate, procurar aprimorar. Temos, sim, que levar em consideração a questão da reforma

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 11 2016		15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	44

agrária. Não dá para fazer de conta que não existe uma demanda de trabalhadores rurais sem-terra, e nós precisamos atendê-los também.

Está demonstrada aqui, inclusive é meu propósito como membro da CAF, a intenção da comissão de ajudar o governo para que esse PL tramite o mais rápido possível. Nós não vamos nos furtar à discussão, ao debate, mas também não vamos permitir que alguém fique fora desse processo. Sabemos da necessidade, da urgência desse processo de regularização de terras e da sua demora, mas não vamos fazer de forma açodada, vamos fazer de uma forma muito tranquila, ouvindo, mas, evidentemente, tentando fazer com que ele ande da forma mais rápida possível.

Alguns encaminhamentos foram anotados aqui pela assessoria da Deputada Telma Rufino, pela nossa e também pela assessoria da própria Comissão de Assuntos Fundiários. Eu vou ler aqui, para vermos se contempla o que foi colocado. Se ficar alguma coisa de fora, vocês fiquem à vontade para falar. Eu informo que estamos abordando, principalmente, a questão da política de regularização fundiária, apesar de o projeto de lei tratar apenas da regularização das ocupações rurais existentes. Consideramos que a regularização dos assentamentos existentes e a oferta de novos assentamentos rurais é um tema indispensável e que deve ser abordado.

Em conjunto com a Deputada Telma Rufino, apresentamos uma indicação ao Governador – estou passando essa informação – para que os órgãos do governo de Brasília implantem com urgência o Plano Distrital de Reforma Agrária.

Vamos propor neste projeto de lei uma emenda que contemple a obrigatoriedade de o governo de Brasília iniciar com urgência os estudos ambientais e fundiários para a regularização dos assentamentos existentes e que proponha também novas áreas para novos assentamentos para que as áreas rurais do Distrito Federal não sejam apenas estoque de novas áreas urbanas.

Vamos constituir um grupo de trabalho que junte todas as entidades para fiscalizar, acompanhar e participar de reforma efetiva da construção do Plano Distrital de Reforma Agrária. Vamos receber na Comissão de Assuntos Fundiários as indicações de um representante de cada entidade.

Informo também que a CAF irá receber documentos, sugestões e propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016. Também anotamos aqui a proposta de criar, juntamente com os movimentos sociais e com os Poderes Executivo e Legislativo, a I Conferência Distrital da Terra para ouvir todos os setores da sociedade.

Solicitar a Comissão de Assuntos Fundiários, aqui há esta proposta, a prorrogação do Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, após a realização da 1ª Conferência da Terra, ou seja, só andar com o projeto depois da realização da I Conferência da Terra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	45

Evidentemente, todas as propostas apresentadas aqui vão para a Comissão de Assuntos Fundiários. Lá nós vamos fazer esse debate entre os Deputados. Para esse debate, nós vamos convidá-los e também vamos convidar todos os que participaram desse processo: as lideranças e as autoridades que estão presentes aqui.

O objetivo da Câmara Legislativa e da Comissão de Assuntos Fundiários é justamente chegar a um texto que atenda a todos os interesses – digamos assim – o mais rápido possível. A gente também quer que essa questão da terra seja regularizada o mais rápido possível, mas, como eu falei, é preciso debater, é preciso tranquilidade. Essa foi uma comissão geral muito boa, de um nível altíssimo. Eu acho que é nesse nível que nós vamos chegar a uma solução para esse problema no Distrito Federal.

Eu agradeço a todos a participação. Tudo o que foi dito aqui foi gravado. Nós vamos tirar um extrato disso. Este debate vai continuar, pois este projeto é de extrema necessidade para o Distrito Federal. Também não pretendemos excluir ou privilegiar este ou aquele setor. Não é isso. Pelas palavras do Secretário e dos demais membros do governo, ficou claro isso para mim. Então, se é esse o espírito, a Câmara tem mais é que ajudar o Governo do Distrito Federal, os movimentos sociais, os produtores rurais, enfim, todos os que têm interesse e necessitam dessa solução o mais rápido possível.

Antes de concluir, pergunto se algum membro da Mesa ainda gostaria de fazer alguma observação.

Passo a palavra a Sra. Aline Marques.

SRA. ALINE MARQUES – Na verdade, eu não sei qual o encaminhamento que V.Exa. daria, mas é com relação à ouvidoria. Nós precisamos urgentemente que ela volte, porque ela foi criada no massacre dos Carajás.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – A Ouvidoria Agrária, não é?

SRA. ALINE MARQUES – É, do Incra. Infelizmente, hoje ela se extinguiu. Nós precisamos que ela volte. É uma questão de vida mesmo.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está bem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h30min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Retornamos à sessão ordinária.

Não havendo Deputado para secretariar os trabalhos, passo a ler o Expediente.

(Leitura do Expediente.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24	11	2016	15h30min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	
				46	

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h32min.)